

RELATÓRIO DE AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA DO SENADO FEDERAL 2021



Comitê pela promoção da Igualdade de
Gênero e Raça

SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

Mesa Diretora

Biênio 2021/22

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Primeiro-Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

Segundo-Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

Primeiro-Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

Segundo-Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

Terceiro-Secretário

Senador Weverton Rocha (PDT-MA)

Quarto-Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Jorginho Mello (PL-SC)

Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)

Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

Ilana Trombka

Diretora-Geral

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa

Créditos

Ilana Trombka

Diretora-Geral

Márcio Tancredi

Diretor Executivo de Gestão

Maria Terezinha Nunes

Coordenadora do Comitê Permanente

Equipe Técnica

Maria Terezinha Nunes

Ludmila Neves Barbosa da Silva

Paloma Cristina Rodrigues Pediani

Laísa Fernanda Alves da Silva

Thayane Karina Cunha da Silveira

Stella Maria Vaz Santos Valadares

Maria Eduarda Bonomo Vidal

Mariana Veloso Portela Xavier

Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal

(Portaria da Diretoria-Geral 2127, de 2021)

Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça – GT Raça

(Portaria da Diretoria-Geral 327, de 2022)

SUMÁRIO

4 JANEIRO

8 FEVEREIRO

12 MARÇO

26 ABRIL

32 MAIO

38 JUNHO

46 JULHO

50 AGOSTO

66 SETEMBRO

76 OUTUBRO

96 NOVEMBRO

112 DEZEMBRO

JANEIRO

2021

Senado comemora Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa

Em 21 de janeiro, comemora-se o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data foi instituída pela Lei 11.635, de 2007, em homenagem à ialorixá Gildária dos Santos, a Mãe Gilda, cujo terreiro, o Ilê Axé Abassá de Ogum, em Salvador, sofreu vandalismo por parte de pessoas intolerantes. Mãe Gilda morreu em 21 de janeiro de 2000, aos 65 anos, vítima de problemas cardíacos poucos meses após o episódio de vandalismo.

O Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal reafirma a atualidade da discussão sobre a intolerância religiosa diante do aumento do número de ocorrências nos últimos anos. Um levantamento recente do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro apontou, apenas no ano passado no estado do Rio, 1.355 crimes que podem estar relacionados à intolerância religiosa. Em julho do ano passado, um busto de Mãe Gilda em Salvador (inaugurado em 2014 no parque do Abaeté, em Itapuã) foi depredado. Em 2016, a mesma estátua já havia sofrido um ataque semelhante.



Senado recebe iluminação especial em homenagem ao Dia da Visibilidade Trans

No dia 29 de janeiro, o Congresso Nacional foi iluminado de rosa, azul e branco, cores da bandeira trans, em homenagem ao Dia Nacional da Visibilidade de Transexuais e Travestis. A iniciativa da líder do PSOL na Câmara, deputada Sâmia Bomfim, foi aprovada pela Primeira-Secretaria do Senado e tem como objetivo dar visibilidade para a causa.

No Senado, a coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, Dalva Moura, também lembra da importância dessa data. Para

ela, celebrar a conquista dessa comunidade resgata a dignidade e reforça o compromisso contra a discriminação de qualquer natureza, um dos propósitos do Comitê. “— O dia da visibilidade trans tem um significado de humanidade, de construção de dignidade e de desconstrução de preconceitos. É necessário conhecer, respeitar e dialogar. É preciso extinguir qualquer tipo de discriminação e preconceito. Em nosso caso, é escopo do Comitê buscar um ambiente de trabalho mais saudável e digno” — afirma.



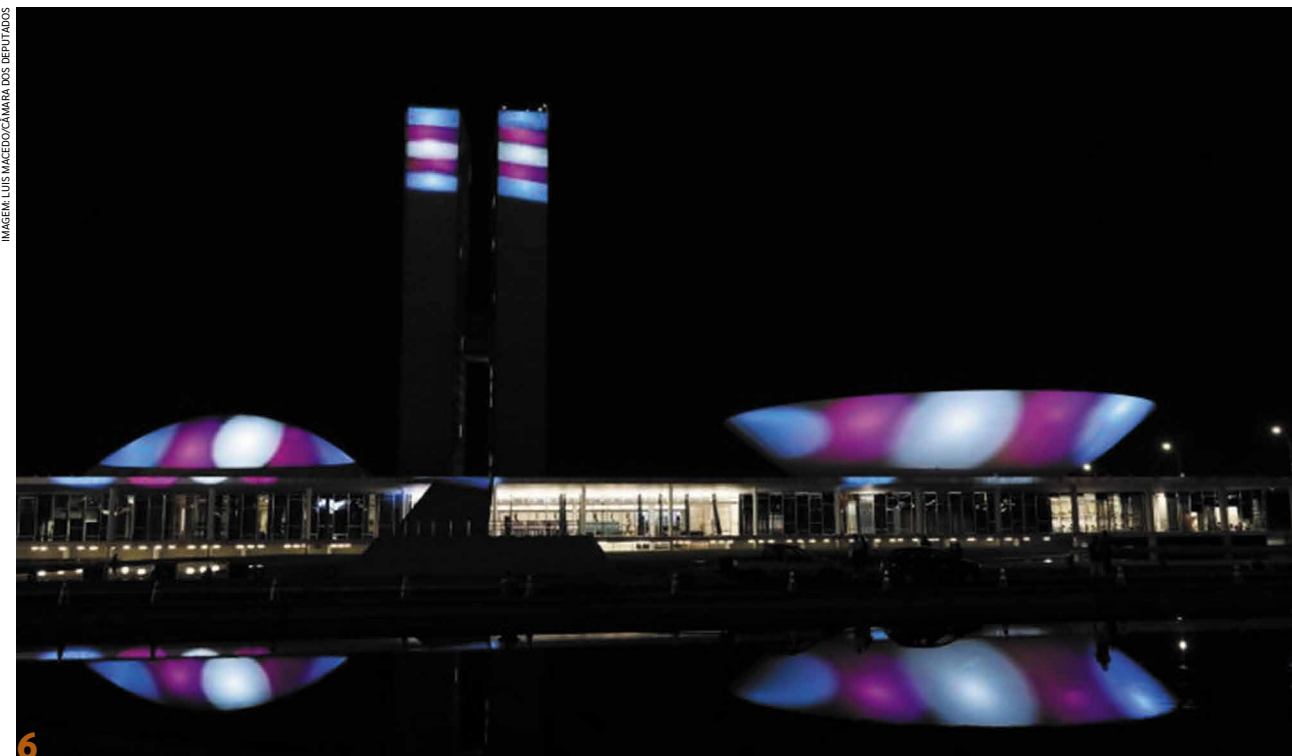
Comissão amplia monitoramento do combate à violência contra a mulher

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) apresentou a proposta de implementação do Processo de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. De acordo com a apresentação, o trabalho, executado pelo Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), pelo Instituto de Pesquisa DataSenado e pela Comissão Mista, pretende fornecer a análise dos dados da violência doméstica no país e abordar, entre outras questões, os dados orçamentários referentes às políticas públicas para o setor.

A presidente da Comissão Mista, senadora Zenaide Maia (PROS-RN), afirma ser o Processo de Monitoramento uma iniciativa importante para a continuidade de análise e atualização dos dados em nível nacional no que se refere ao enfrentamento da violência doméstica.

Henrique Marques Ribeiro, coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência e um dos responsáveis por analisar os dados, diz que o processo de monitoramento e avaliação não se limita à análise de indicadores disponíveis. Considera também, afirmou, dados orçamentários, de mortes de mulheres, de notificações de violência realizadas pelos profissionais de saúde, de processos judiciais, do IBGE e outras informações disponíveis em grandes bases de dados nacionais.

De acordo com Henrique, a análise dos dados visa também, a partir de seus ciclos bianuais de avaliação, qualificar as informações disponíveis. E, em consequência, sua capacidade de servir de subsídio à tomada de decisões para aprimoramento das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais de enfrentamento da violência contra as mulheres.



FEVEREIRO

2021



IMAGEM: STOCK PHOTOS

Comitê de Gênero e Raça homenageia mulheres na ciência

O Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça celebrou a data de 11 de fevereiro, Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, homenageando brasileiras que têm ou tiveram atuação importante e significativa nessa área, entre elas nomes de destaque na luta contra a pandemia da covid-19:

- Margareth Dalcolmo: médica pneumologista, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e integrante do grupo de especialistas do Ministério da Saúde, é referência nacional nas pesquisas sobre coronavírus. Recebeu recentemente o prêmio de Personalidade do Ano pelo braço carioca do grupo de empresários Lide, devido à sua atuação no combate à pandemia;
- Jaqueline de Jesus e Ester Sabino: cientistas da Universidade de São Paulo (USP), foram responsáveis pelo sequenciamento do genoma do novo coronavírus em

prazo recorde. A técnica utilizada para o sequenciamento do novo coronavírus foi trazido para o Brasil pela professora Ester há quatro anos, durante a epidemia do vírus da zika.

Veja abaixo outras mulheres brasileiras da atualidade que estão contribuindo para o avanço da ciência:

- Nadia Ayad: recebeu o prêmio internacional Global Graphene Challenge Competition 2016, sobre aplicações para o grafeno (um cristal do carbono), promovido pela empresa sueca Sandvik. Nadia pesquisou as propriedades do grafeno e, considerando os avanços recentes, decidiu usá-lo em um sistema de filtragem e dessalinização de água para reciclá-la.
- Sayuri Magnabosco: criou embalagem biodegradável, feita a partir do bagaço da cana-de-açúcar, que substitui o isopor. Recebeu vários prêmios nacionais e internacionais por essa descoberta. A embalagem é criada a partir da mistura da farinha de trigo, água, temperos antimicrobianos, como cravo e manjerição, e o bagaço, com uma solução básica que evita a fermentação da cana.
- Georgia Sampaio: em 2015, com apenas 19 anos, desenvolveu um método rápido e barato para diagnosticar a endometriose, por meio de exames de sangue, urina ou saliva, já que alterações biológicas podem ser identificadas nesses materiais.
- Francielly Barbosa: jovem paraense de 18 anos, aluna de uma escola estadual, ganhou diversos prêmios por ter criado um tijolo fabricável a partir do caroço de açaí.

Grupo Reflexivo sobre Masculinidades abre espaço para debates

Para fomentar a discussão sobre a masculinidade na sociedade contemporânea, a Diretoria-Geral, numa iniciativa do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, lançou o Grupo Reflexivo sobre Masculinidades.

O objetivo da iniciativa é proporcionar aos homens espaços de troca seguros, abertos e horizontais. Para

isso, serão realizados encontros, dinâmicas de grupo, palestras e rodas de conversa.

Os grupos de homens têm se tornado populares nos últimos tempos, principalmente diante da percepção de que homens têm dificuldade de falar sobre sentimentos e, conseqüentemente, tendem a desenvolver relações tóxicas e que fazem mal a si próprios.



Comitê pela Equidade comemora aniversário do voto feminino no Brasil

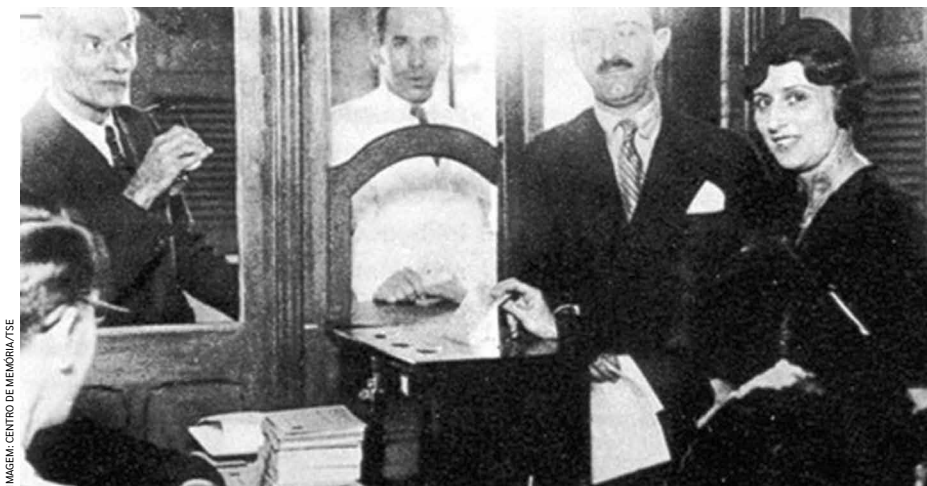


IMAGEM: CENTRO DE MEMÓRIA/TSE

cesas, apenas em 1944. No Brasil, durante a elaboração da Constituição de 1891, a primeira da República, já se cogitava essa hipótese. O plano não prosperou.

A conquista desse direito teve a participação decisiva da sufragista Bertha Lutz, que fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, vinculada ao movimento sufragista

Em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Código Eleitoral, vários avanços foram introduzidos na legislação relativa às eleições no Brasil. Entre elas estava o voto feminino. O Comitê Permanente pela Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal celebra a data, conquista que foi resultado de décadas de luta das mulheres.

O Código de 1932, promulgado durante o governo provisório de Getúlio Vargas, previa voto facultativo para as mulheres, sendo obrigatório para os homens de menos de 60 anos.

O voto feminino só se tornaria realidade no mundo em 1893. O país pioneiro foi a Nova Zelândia. As britânicas puderam se tornar eleitoras em 1918. As fran-

internacional. Em 1932, Bertha, juntamente com a advogada Natércia da Cunha Silveira, foi nomeada para integrar a comissão para elaborar o anteprojeto da nova Constituição.

Somente dois anos depois, por meio da Constituição de 1934 – a segunda Carta Magna da República –, esses direitos políticos conferidos às mulheres foram inseridos na Constituição. No entanto, a Carta de 1934 tornava obrigatório o voto para as mulheres que exerciam função pública remunerada. Dizia o artigo 109: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar.”.

MARÇO

2021



Mentoria de Liderança para Servidoras Públicas

Em março, o Interlegis/ILB promoveu o treinamento Mentoria de Liderança para Servidoras Públicas, voltado para servidoras do Senado Federal que ocupam cargos de liderança FC-2 e FC-3. Essa ação foi uma iniciativa do Comitê Permanente pela Igualdade de Gênero e Raça em parceria com o Interlegis e fez parte das atividades da programação do Março Mulheres.

- O curso tem seu foco em mulheres com o intuito de ajudá-las a se sentirem fortalecidas, preparadas para assumir posições de liderança, seguras em sua atuação,

com satisfação pelos resultados que alcançarem e com orgulho do que fazem. É possível aprender a se tornar uma líder observando o que outras líderes excelentes fizeram antes de você e criando os seus próprios comportamentos e recursos — afirmou Cláudia Nogueira, facilitadora do curso.

Para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, é fundamental que sejam fornecidos subsídios para reparar esse contexto histórico.

- O Treinamento Mentoria de Liderança para Servi-

CURSO MENTORIA DE LIDERANÇA PARA SERVIDORAS PÚBLICAS

doras Públicas soma-se às ações do Senado Federal para reduzir a desigualdade entre os gêneros. É muito importante escutar, formar e auxiliar todos aqueles e aquelas que queiram se dedicar a postos de maior responsabilidade na Casa, e sabemos que há um histórico que faz com que as mulheres ocupem menos postos de liderança — explicou.

Roda de conversa: Pressão estética e o controle do corpo: uma opressão invisível

A Roda de Conversa contou com as presenças da jornalista Vanessa Campos e da especialista em políticas de gênero Roberta Gregoli, com mediação das servidoras Patrícia Paulino Muniz de Abrantes e Thaís Castro Paixão, ambas do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SeSQVT).

A roda de conversa se propôs a responder questionamentos como: o corpo ideal existe? Por que nos deixamos levar por estereótipos de gênero que controlam nossos corpos e mentes? Qual o impacto disso para a saúde mental? O debate teve como intuito gerar reflexões sobre padrões corporais e pressão social. O evento foi parte da programação especial da Casa para março, considerado o Mês da Mulher em virtude da celebração do Dia Internacional da Mulher.

Roda de conversa
Pressão estética e o controle do corpo: uma opressão invisível

Vanessa Campos
Body Positive, jornalista especializada em Conteúdo Digital e Gerenciamento de Crises
palestrante

Roberta Gregoli
Especialista em Políticas de Gênero
palestrante

Mediadoras: Patrícia Paulino Muniz de Abrantes | Thaís Castro Paixão

12 de março | 10 horas
participe pelo Zoom

Março Mulheres
SENADO FEDERAL

LIDERANÇA
feminina

NEUROCIÊNCIA E LIDERANÇA
Carla Tieppo (Neurocientista)
5 de março | 14h30 | Online

Mês da Mulher – palestra sobre liderança feminina

O evento foi aberto ao público em geral, mas voltado para lideranças femininas. Teve como objetivo fortalecer as habilidades relacionais, a argumentação no gerenciamento de equipes e introduzir conceitos de neurociência aplicada à liderança para a equipe de gestores, objetivando o entendimento de perfis comportamentais.

Carla Tieppo é doutora em Neurofarmacologia pelo Instituto de Ciências Biomédicas da USP (Universidade de São Paulo) e pioneira na aplicação da ciência do cérebro no desenvolvimento humano e organizacional. Professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e professora de pós-graduação *lato sensu* da PUC-RS, lançou, em 2019, seu primeiro livro, *Uma Viagem pelo Cérebro: A Via Rápida para Entender Neurociência* (editora Conectomus).

Programas especiais marcam o Dia da Mulher nos veículos da Casa

A sessão especial do dia 8/3 homenageou as mulheres na linha de frente da pandemia. A Agência Senado produziu matéria especial ouvindo enfermeiras, professoras, empregadas domésticas e vítimas de violência, mostrou as propostas legislativas aprovadas ao longo da pandemia e as que ainda estão em análise na Casa.

A Rádio Senado programou a transmissão de entrevistas no Conexão Senado com senadoras e especialistas, e edições especiais dos programas *Pautas Femininas* e *Autores e Livros*.

A TV Senado exibiu o programa *Cidadania Mulher*, sobre feminicídio, que teve como convidada a socióloga Wania Pasinato, consultora em políticas de enfrentamento à violência de gênero. Também foi exibida uma reportagem especial sobre os avanços e desafios (com ênfase no Legislativo) para a mulher brasileira.



Senado roxo homenageia Dia Internacional da Mulher

O Congresso Nacional foi iluminado de roxo em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março. A iniciativa, aprovada pela primeira-secretaria do Senado, foi da procuradora especial da Mulher, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), e fez parte das ações comemorativas do Mês da Mulher na Casa. A iluminação especial foi exibida de 8 a 14 de março, e teve o intuito de alertar a população sobre os graves problemas de gênero que persistem em todo o mundo.

Projeção na cúpula do Senado homenageia Marielle Franco

Em 14 de março de 2021, foram projetadas, na cúpula do Senado Federal, frases e manchetes da imprensa em alusão ao terceiro ano do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes. A iniciativa é da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

As frases e manchetes são as seguintes:

- “Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na região central do Rio de Janeiro” (G1);
- “Ato no Brasil e em outros países homenageiam

vereadora e pedem punição” (Agência Brasil);

- “Marielle e Anderson presentes: hoje e sempre”;
- “Missa de 1 ano da Morte de Marielle é marcada por comoção” (IstoÉ);
- “Justiça mantém por unanimidade decisão de levar a júri popular acusados de matar Marielle e Anderson” (O Globo);
- “Justiça para Marielle e Anderson”;
- “Não seremos interrompidas”.

Senadores participam da campanha do Comitê pela Equidade de Gênero



Roda de conversa Mulheres inspiradoras: Liderança feminina

Elas discutiram os preconceitos e dificuldades encontrados pelas mulheres no ambiente de trabalho e reforçaram que o problema começa desde a formação das pessoas em casa. O fato de existirem tarefas “feitas para meninas” teria sobrecarregado as mulheres desde cedo.

Patrícia compartilhou uma experiência pessoal em que um fornecedor duvidou que ela trabalhasse com infraestrutura em seu local de trabalho pelo simples fato de ela ser mulher.

— Ele pediu para falar com o responsável e eu respondi que era eu, para surpresa dele. Sempre vai haver serviços rotulados como femininos e até cargos cuja natureza da profissão parece só existir por causa das mulheres — criticou.

A dra. Daniele frisou a importância de disseminar conhecimento e informações precisas. Atuando em sua área, ela citou o papel fundamental de mulheres tanto durante a pandemia quanto no cotidiano.

RODA DE CONVERSA
**MULHERES INSPIRADORAS:
LIDERANÇA FEMININA**

Dra. Daniele Calvano
Médica do Senado Federal

Patricia Rêgo de Almeida
Coordenadora de inovação e estratégia digital da CD

Claudia Mancebo
Secretária-geral de Administração do TCU

**QUINTA
11 DE MARÇO
ÀS 17 HORAS**

**AO VIVO PELO ZOOM
INSCRIÇÕES PELO
QR CODE**

TCU **SENADO FEDERAL** **Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento** **CÂMARA DOS DEPUTADOS**



IMAGEM: WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Comitê pela Equidade de Gênero homenageia aniversário da Lei do Feminicídio

Em 9 de março de 2015, foi sancionada a Lei 13.104, que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio; e incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos. O Comitê Permanente pela Equidade de Gênero e Raça no Senado Federal homenageia a data lembrando o histórico do debate na sociedade brasileira que levou à promulgação da lei.

A lei, fruto do Projeto de Lei do Senado 292/2013, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, criou, como modalidade de homicídio qualificado, o chamado feminicídio.

Esse ocorre quando uma mulher é o sujeito passivo de crime cometido por razões da sua condição de ser do sexo feminino. São consideradas razões de condição de sexo feminino: violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A tipificação do feminicídio como crime hediondo tem como objetivo reduzir os crimes praticados contra mulheres no nosso país, tornando mais severas e rígidas as penalidades, tendo sido um marco no combate à violência contra a mulher. Antes da lei, a pena para o crime era de 6 a 12 anos; assim, com a alteração trazida, passou a ser de 12 a 30 anos.

Live com a diretora-geral aborda impacto da violência doméstica

O abuso doméstico contra as mulheres deve ser considerado um assunto não apenas de polícia, mas também de saúde pública. Essa foi uma das ideias debatidas pela diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e pela promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP) Fabíola Sucasas, em *live* transmitida pelo Instagram de Ilana (@Ilana_Trombka). O evento fez parte da programação do Março Mulheres, do Senado Federal.

— A formulação de políticas públicas sobre violência é interdisciplinar. Uma relação interessante é o combate à violência e o apoio jurídico por meio de atores inesperados. Não é apenas o policial ou o promotor que inicia isso. O primeiro contato com essa mulher será com um

profissional de saúde, que pode ter pistas de que algo acontece — ponderou Ilana.

— Existem, ainda, formas implícitas. Às vezes o profissional vai fazer um atendimento querendo chamar a polícia, mas a mulher não fala a origem da agressão. Então é preciso uma capacitação. Existe a obrigatoriedade de notificação da violência, mas isso tem fins estatísticos e não significa acionar a polícia. As situações precisam ser conhecidas e é preciso garantir também a segurança dos profissionais. Muitos médicos ou enfermeiros têm medo porque trabalham diariamente em locais de risco — afirmou Fabíola.

Exemplo do Senado inspira cota na Lei de Licitações para mulheres vítimas de violência

Aprovada no Plenário do Senado no dia 10 de março, a nova Lei de Licitações (PL 4.253/2020) inclui um dispositivo inspirado nas práticas inclusivas adotadas pelo Senado Federal. Esse dispositivo favorece a inclusão no mercado de trabalho de mulheres vítimas de violência doméstica — uma vitória significativa na luta pela igualdade de direitos, em pleno Mês das Mulheres.

O parágrafo 9º do art. 25 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que aguarda sanção presidencial, contempla a chamada ação afirmativa, ao permitir que



os editais de licitações exijam “percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução” de mulheres vítimas de violência doméstica ou oriundos ou egressos do sistema prisional. O texto também prevê a implementação de ações de equidade de gênero como fator de desempate (art. 60, *caput*, inciso III).

A menção às mulheres vítimas de violência doméstica replica uma prática inaugurada pelo setor administrativo do Senado Federal, desde o Ato da Comissão Diretora 4, de 2016, que instaurou o Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Econômica em Decorrência de Violência Doméstica e Familiar. O ato determina que os contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados do Senado Federal reservem o mínimo de 2% das vagas para mulheres atendidas

nas condições do programa, desde que elas tenham a qualificação necessária e o contrato envolva 50 ou mais trabalhadores. As empresas devem manter em sigilo a identidade das trabalhadoras assim contratadas.

Encontro discute criar rede de equidade no serviço público

Um encontro virtual reuniu mais de 40 representantes de órgãos públicos para discutir a criação de uma rede de comitês em favor da promoção da equidade de gênero e raça, unindo iniciativas semelhantes dessas diferentes organizações.

— O objetivo é começar a organizar uma rede interinstitucional na administração pública federal — explicou a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, na abertura do evento.

— As “minorias”, que na verdade são “maiorias minorizadas”, precisam ser reconhecidas — acrescentou Ilana.

No encontro foram relatadas as diferentes experiências, dentro de cada órgão, na implantação de comitês pró-equidade. Embora a participação no encontro não implicasse adesão mandatória dessas instituições à rede, houve concordância unânime em relação aos benefícios da criação de um grupo formal que ajude a disseminar no serviço público como práticas que levem a avanços na questão da equidade.

Violência contra a mulher:

O que a saúde tem a ver com isso?



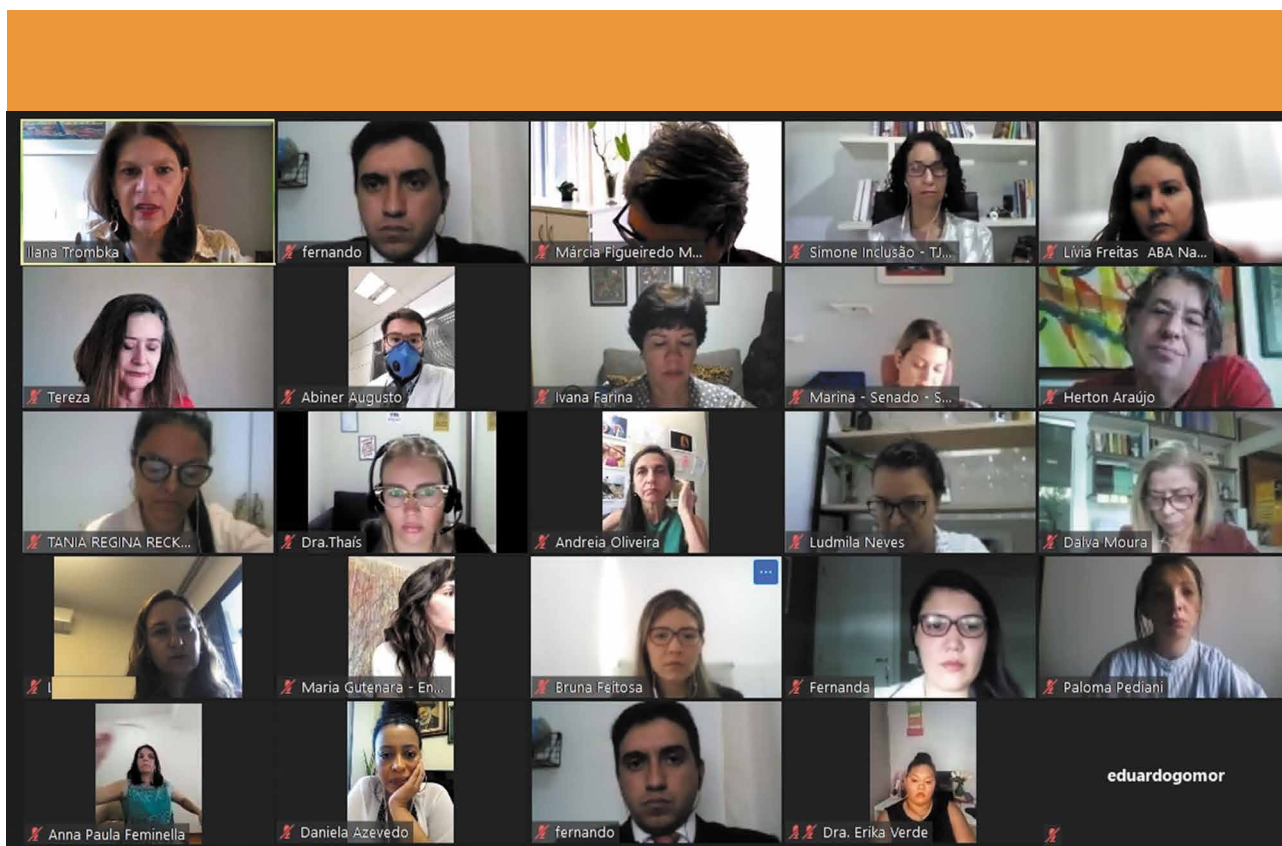
Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal



Fabíola Sucasas
Promotora de Justiça do
Ministério Público de São Paulo

Participaram da reunião representantes do Banco Central do Brasil (BC); Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Empresa Brasil de Comunicação (EBC); Escola Nacional de Administração Pública (Enap); Fundação dos Economistas Federais (Funcef); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

Itaipu Binacional; Ministério da Defesa; Ministério de Minas e Energia; Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Instituto Serzedello Corrêa; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); e Associação Brasileira de Advogados, entre outros.



Live do Interlegis debate participação feminina na política

Na última semana do mês dedicado às celebrações pelo Dia Internacional da Mulher, o Interlegis realizou uma *live* sobre o papel da mulher e o Legislativo. O diretor-executivo do Interlegis, Márcio Coimbra, conversou com a secretária nacional de Políticas para Mulheres, Cristiane Britto. Entre os assuntos que foram abordados estão o baixo índice de participação das mulheres na política, a violência política contra a mulher, as formas de denunciar esse tipo de violência e as perspectivas para as eleições de 2022.

Os gestores reconheceram o aumento da participação feminina na política, mas concluíram que é preciso avançar mais. De acordo com a secretária, o país passou por transformações significativas, mas a proporção de mulheres em cargos públicos ainda é tímida.

— Por anos ouvimos falar, mesmo que de uma forma sutil ou subliminar, que a política não era espaço para mulheres. Mas isso tem mudado. A cabeça da mulher brasileira mudou, ela tem se conscientizado que a política também é seu lugar. Estamos avançando, mas não na proporção e no ritmo que deveria ser — avaliou.

Mulheres em home office foram tema de roda de conversa

Professora da Universidade de Brasília (UnB), a psicóloga Carla Antloga foi a convidada da roda de conversa. Doutora em Psicologia do Trabalho e das Organizações, com ênfase em qualidade de vida no trabalho, a palestrante abordou o impacto da pandemia do coronavírus sobre a vida profissional das mulheres.

Comitê pela Equidade celebra Dia Nacional do Orgulho LGBTQIA+

No Dia Nacional do Orgulho LGBTQIA+, o Comitê Permanente pela Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal celebra a data relembrando fatos marcantes da luta do movimento gay pelos seus direitos ao longo da história.

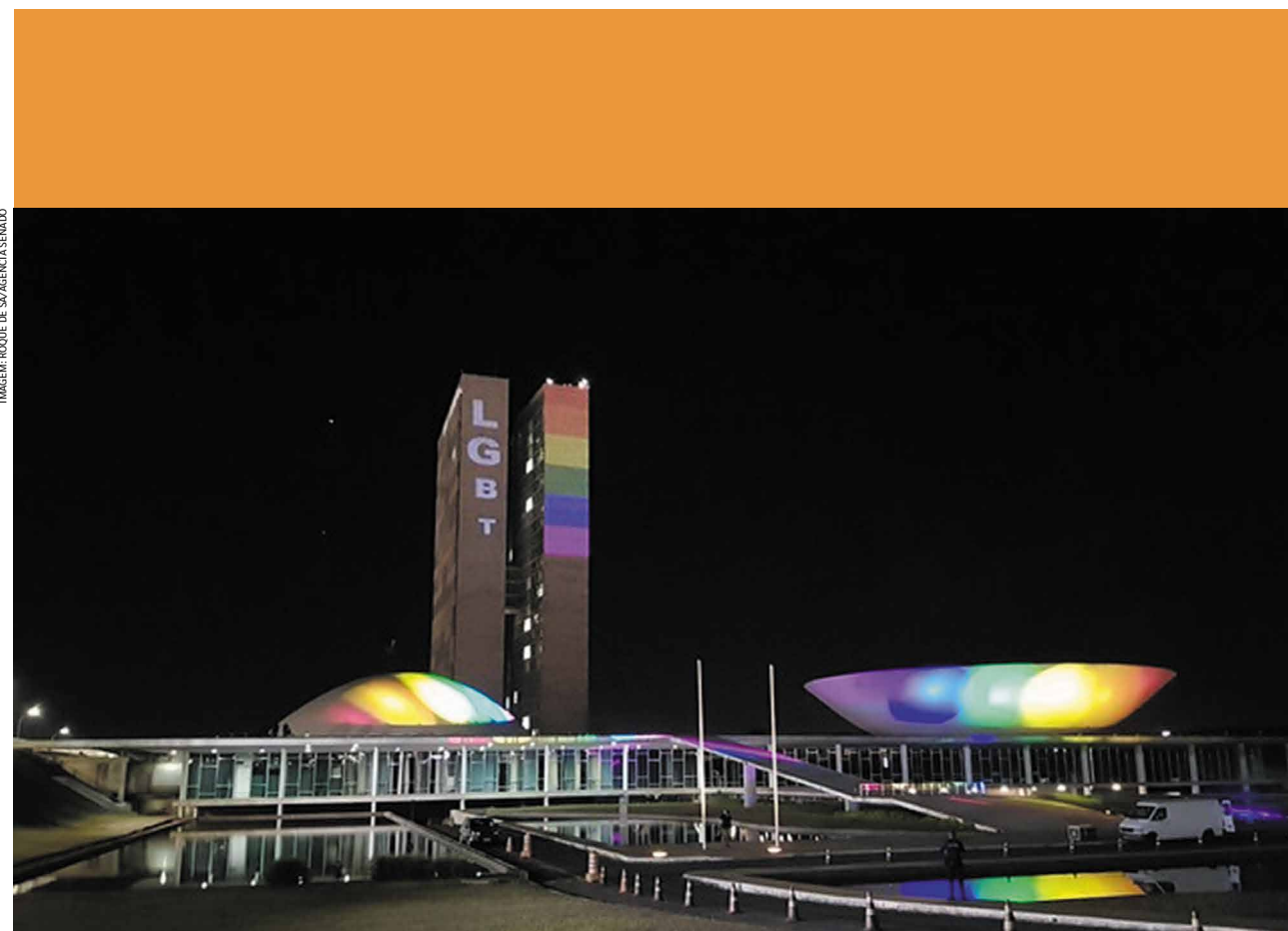
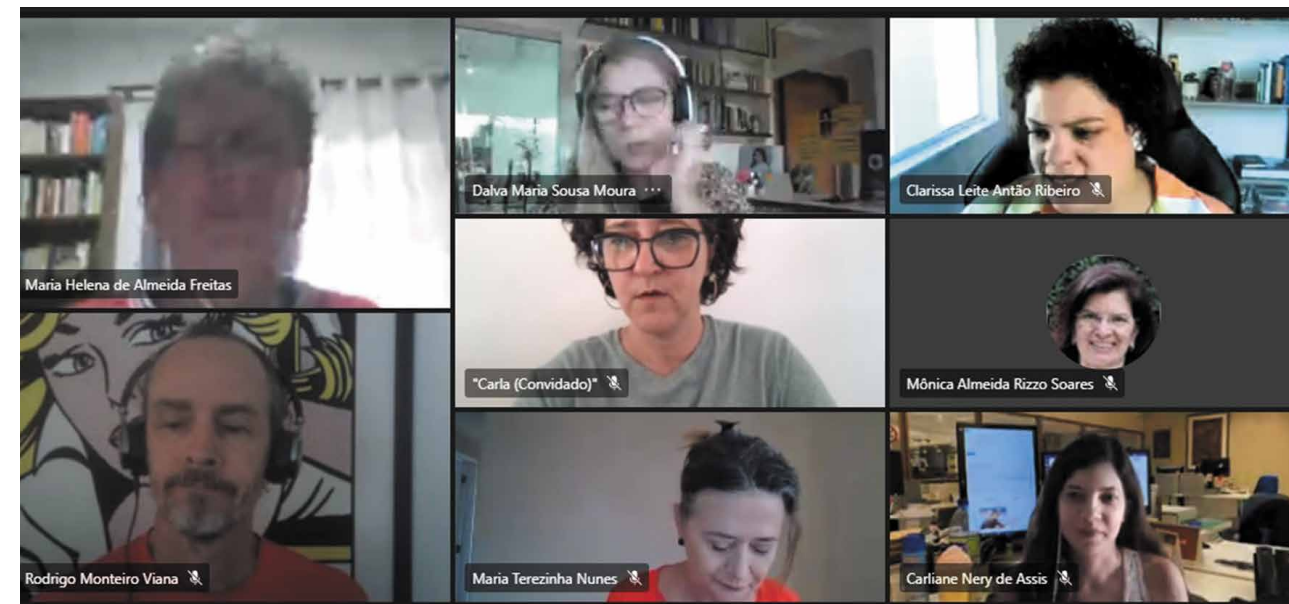


IMAGEM: FROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Roda de Leitura discute formas de lidar com a violência contra a mulher



A Roda de Leitura do Senado recebeu a escritora Carla Madeira, que, por meio da plataforma Microsoft Teams, debateu seu livro *Tudo é Rio*. A obra acompanha um triângulo amoroso estabelecido entre um casal e uma garota de programa e aborda o contexto e desdobramento desse relacionamento, incluindo agressões físicas e psicológicas. Um dos principais pontos do texto, de acordo com a própria autora, é discutir como o ódio gera uma punição a mais à vítima e debater o que é verdadeiramente perdoar.

— O livro trata o perdão não como uma ideia de dizer ao agressor que “tudo bem”, mas como a possibilidade de que a vítima não sofra duplamente. Ela já foi agredida, mas isso não precisa ser perpetuado por causa do ódio. Não significa liberar o agressor do que ele fez, apenas cessar o sentimento negativo. Esse era o conceito que me interessava. O ódio imobiliza e faz mais mal para quem odeia do que para quem é odiado. Ele adoce. Sem perdoar o ódio, a vida do agredido não avança — detalhou Carla.

ABRIL

2021

Roda de conversa abordou a percepção do corpo e alimentação

A roda de conversa contou com a participação de Sophie Deram, nutricionista franco-brasileira, doutora em Endocrinologia pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em transtornos alimentares e autora do *best seller O Peso das Dietas* (editora Sextante). A mediação ficou por conta das servidoras Thaís Castro Paixão e Patrícia Paulino Muniz de Abrantes, ambas do

Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SeSOQVT).

O evento buscou discutir como nossa percepção sobre o corpo afeta nossa relação com a comida, afeta nossas escolhas alimentares, transforma alimentos em itens “proibidos” ou “permitidos” e transforma em culpa o prazer de comer.

Roda de conversa
Fazendo as pazes
com o corpo e a comida

**Sophie Deram**
Nutricionista franco-brasileira, doutora pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) no Departamento de Endocrinologia, especialista em transtornos alimentares (USP) e autora do best-seller “O Peso das Dietas”
palestrante

Mediadoras:
Thaís Paixão (Nutricionista do SesOQVT)
Patrícia Abrantes (Assistente Social do SesOQVT)

08 de abril | 16h30
participe pelo Zoom

Biblioteca lançou boletim com obras selecionadas sobre diversidade indígena

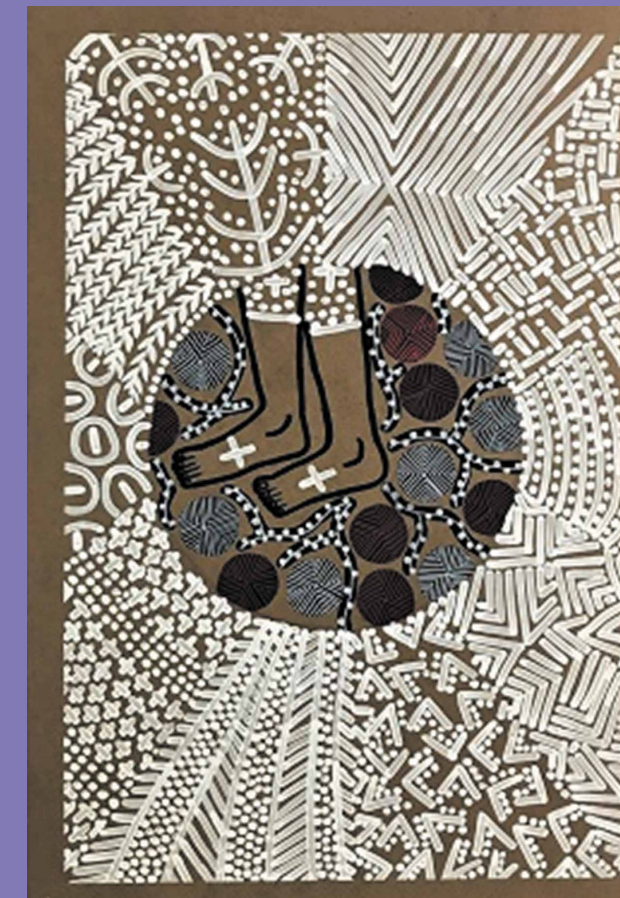
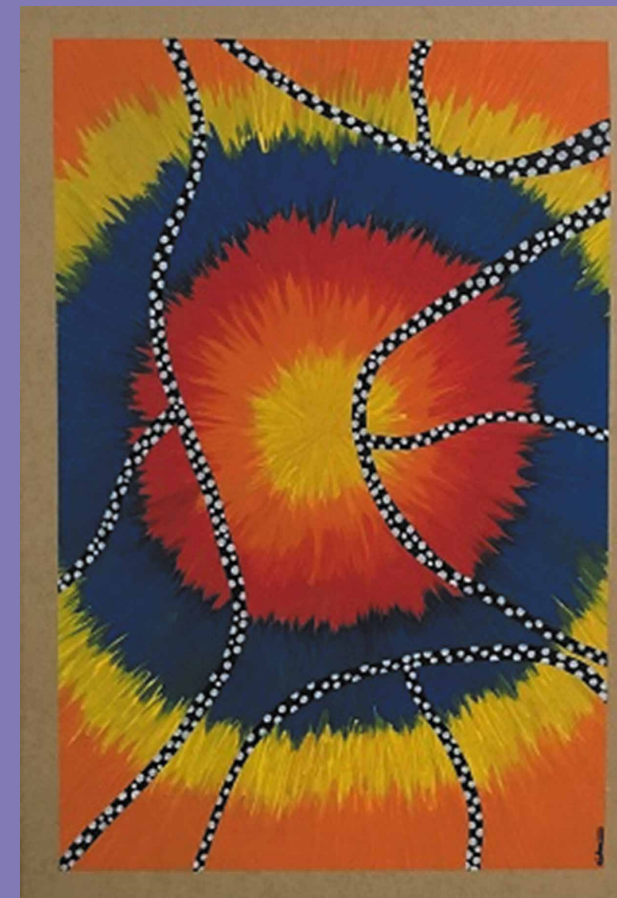
Em homenagem ao Dia Nacional dos Povos Indígenas, a Biblioteca do Senado lança o Boletim de Bibliografias Selecionadas Volume VI – “Diversidade Indígena: Povos Originários”. A seleção faz parte de uma série de obras sobre equidades e tem como objetivo incentivar a leitura de autores indígenas e dar um panorama inicial sobre as questões dos povos originários.

De acordo com Cintia Costa, gestora da Coordenação de Biblioteca (Cobib), a unidade, que também trabalha em parceria com o Comitê de Gênero e Raça do Senado, entende a importância do levantamento desses temas não apenas para o trabalho legislativo, mas como uma contribuição à sociedade brasileira e ao exercício da cidadania.

Stella Maria Vaz, bibliotecária responsável pelo boletim, acrescenta que esse volume também tem a intenção de visibilizar e valorizar a diversidade indígena por meio de obras relacionadas à cultura, à história e aos direitos constitucionais dessa população. Ela lembra ainda que a publicação está alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, conforme a Agenda 2020 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

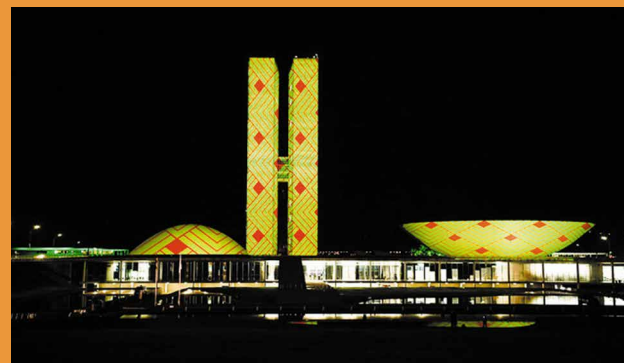


Comitê de Gênero e Raça apresenta exposição virtual no Dia dos Povos Indígenas

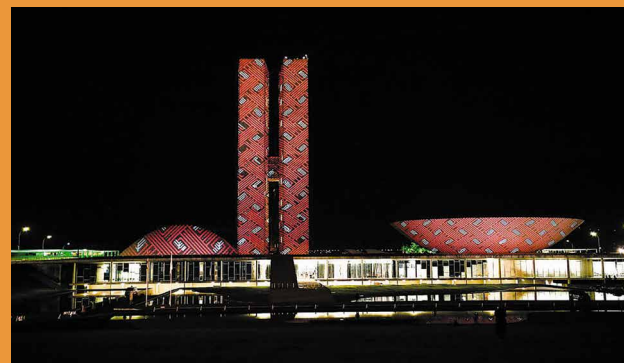
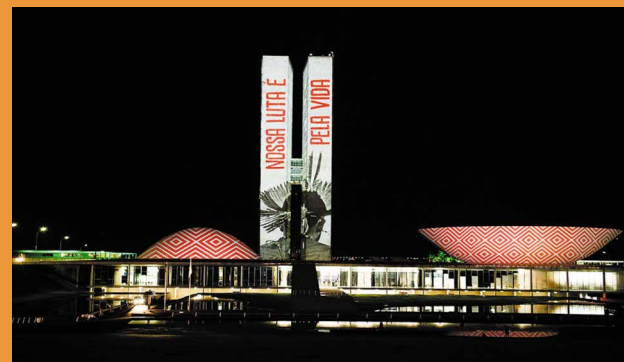


Imagens de telas do artista plástico indígena Aislan Felipe da Silva Santos

Congresso recebeu projeção especial em homenagem ao Dia dos Povos Indígenas



IMAGENS: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Roda de Leitura da Biblioteca: pioneiras da dramaturgia no Brasil

AS DRAMATURGAS ESTÃO CHEGANDO!
O desconfinamento da palavra dramaturgical
das mulheres no século XIX

Mediadora:
Valéria Andrade
(Professora da Universidade
Federal de Campina Grande)

ABR
22

QUINTA-FEIRA, 17h
MICROSOFT TEAMS

VIRTUAL

Biblioteca do Senado Federal

SENADO FEDERAL

A convidada e mediadora foi Valéria Andrade, professora de Teoria Literária e Literatura Brasileira na Universidade Federal de Campina Grande, especialista no tema.

Na segunda metade do século 19, algumas mulheres brasileiras se destacaram por começar a “desconfinar” a escrita teatral, até então reservada quase exclusivamente aos homens. Autoras como Maria Ribeiro e Jo-

sefina Álvares de Azevedo foram protagonistas de um processo de formação de uma dramaturgia brasileira de autoria feminina. Suas peças, como *Cancros Sociais*, de Maria Ribeiro, e *O Voto Feminino*, de Josefina (ambas publicadas pela Livraria do Senado na coleção Escritoras do Brasil), tiveram papel importante na afirmação da cidadania feminina nas primeiras décadas do século 19.

MAIO

2021

Diretora-geral debateu o racismo estrutural em *live* com especialista

Ilana conversou com Eduardo Santos, gerente brasileiro da EF Education First, empresa suíça especializada em intercâmbio cultural e programas de preparação para universidades de língua inglesa. Por meio do compartilhamento de experiências, eles jogaram luz sobre o preconceito e discutiram formas de conscientização.

Eduardo contou ter se formado em tecnologia da informação e migrado para a área de educação internacional. Segundo ele, é um apaixonado pelo tema por ter

certeza de que sua vida foi transformada pelos estudos. Na infância, ele cursou escolas particulares e públicas e percebeu, pela primeira vez, o contraste de realidades.

Ilana contou que tem passado por situações que exigiram correção em seu período na direção do Senado. Em um dos episódios, ela apontou a origem racista do termo “lista negra” e disse ser importante que as pessoas que subiram na hierarquia das organizações tenham consciência e conscientizem os demais.

LIVE @ILANA_TROMBKA

O RACISMO ESTRUTURAL NO COTIDIANO

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Eduardo Santos
Gerente Nacional da EF Education First no Brasil

12/05
QUARTA-FEIRA

às 18H

33

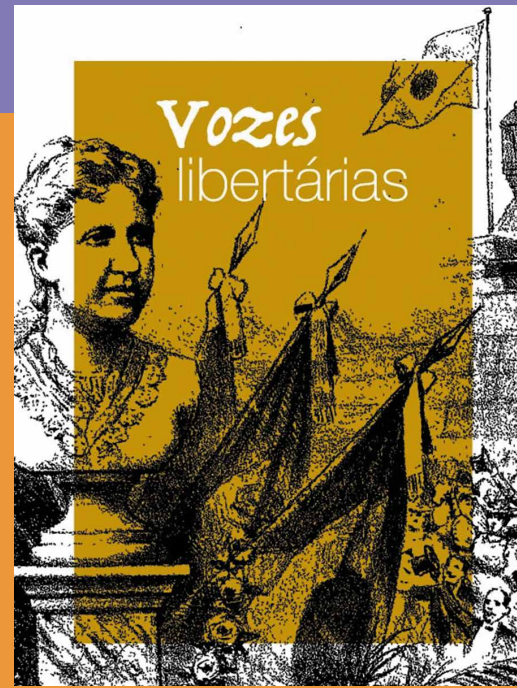
GT Pró-Equidade de Raça lançou exposição virtual sobre Abolição

Para marcar maio – o mês da Abolição da escravatura –, o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e o Grupo de Trabalho de Raça do Senado Federal realizaram, em ambiente virtual, a Exposição Vozes Libertárias.

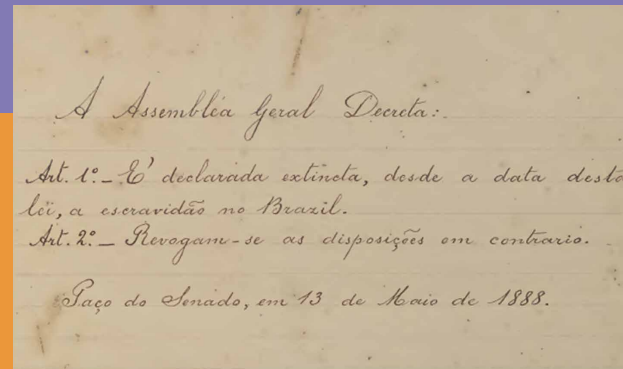
Realizada na Biblioteca do Senado em 2018, em parceria com o Arquivo, o Museu, a Procuradoria da Mulher e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no Senado, a exposição apresentou uma seleção dos acervos bibliográfico, arquivístico e museológico sobre o tema da abolição da escravidão, de maneira crítica, trazendo uma retrospectiva da legislação e da questão da desigualdade racial desde o início do Império até os dias atuais, com o objetivo de estimular a reflexão e o debate críticos sobre a realidade da população negra no Brasil. Com essa iniciativa, o Senado Federal cumpre o seu papel de promover a reflexão e o pensamento crítico sobre temas sociais, contribuindo para o fortalecimento da identidade e cidadania do povo brasileiro.

Imagens:

1. Edição especial do Jornal do Senado comemorando o aniversário da Lei Áurea, como seria noticiada nos dias de hoje
2. Lei Áurea
3. Lei do Ventre Livre
4. Reprodução do comunicado enviado às comarcas para cumprimento da Lei Áurea
5. Revista da Semana, v. 28, n. 21, p. 16, 1927



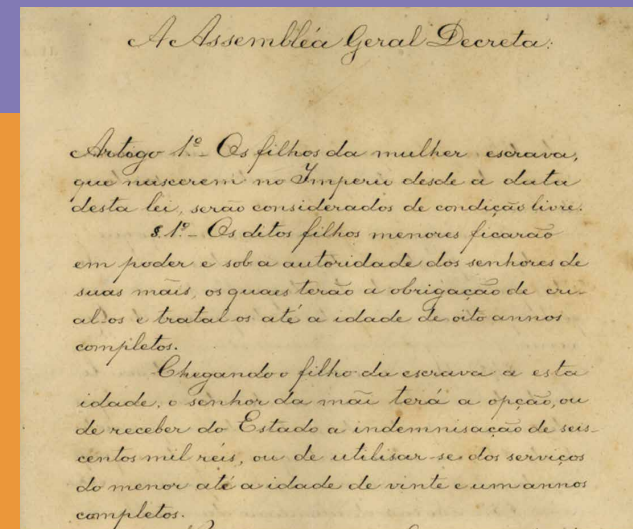
1



2



4



3



5

Em *live* na TV Senado, Luiza Helena Trajano discutiu saídas para a crise sanitária

O cenário do Brasil em um contexto de pandemia foi o tema dominante da *live* com a empreendedora Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho do Magazine Luiza e do Grupo Mulheres do Brasil. A conversa também discutiu soluções para problemas agravados pela pandemia, como o desemprego e a falta de qualificação profissional, por meio de ações coordenadas entre o poder público e o setor privado.

Equidade

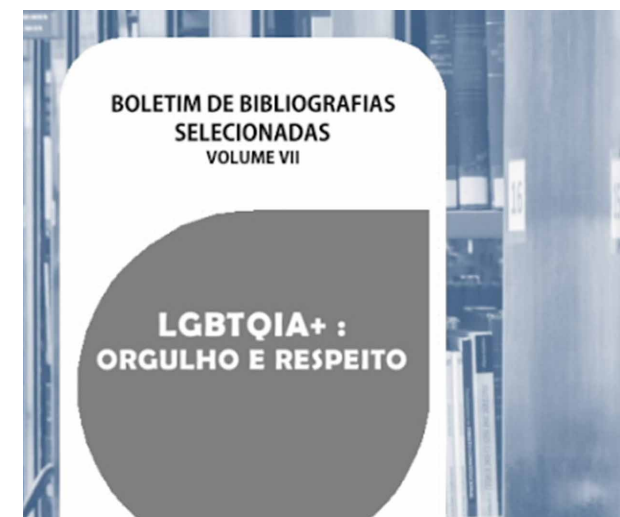
Henrique Salles Pinto, do GT de Afinidade de Raça do Senado, abordou a questão da igualdade racial praticada pela Magazine Luiza, que investiu em um programa inclusivo de *trainees* afrodescendentes em setembro de 2020. A ação, apesar de bem vista por grande parte da opinião pública, gerou manifestações racistas e até processos na Justiça contra a empresa de Luiza Trajano.



Biblioteca lançou guia de obras com temática LGBTQIA+

Em homenagem ao Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, a Biblioteca do Senado lançou, no dia 17 de maio, em parceria com o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, o Boletim de Bibliografias Seleccionadas Volume VII – “LGBTQIA+: Orgulho e Respeito”. A seleção faz parte de uma série de obras sobre equidade e tem como objetivo incentivar a leitura de textos que conscientizem para a questão do preconceito.

O boletim está inserido no Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, edição 2019-2021, e é uma publicação alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento, no sentido que proporciona visibilidade, reflexão, conhecimento e respeito à comunidade de pessoas com orientação sexual e identidade de gênero que divergem da heterossexual ou cisgênero.



Senado participa de Webnário contra o Assédio Moral e Sexual

Com o tema Assédio Moral e Assédio Sexual no Trabalho, o Webnário Cogemnev foi realizado no dia 24/5 às 15h pela plataforma de videoconferência do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Marisete Pereira, secretária executiva do Ministério de Minas e Energia (MME), e Ilana Trombka, diretora-geral do Senado Federal, abriram o evento. Aline Santos, ouvidora da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foi a mediadora e o evento contou com Mario Spinelli, ouvidor geral da Petrobras; Maria Terezinha Nunes, coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal; dr. Ariel Nicolai, juiz de Direito Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Foz do Iguaçu; e Pedro Vilela, gerente de Responsabilidade Social, Marca e Reputação da Eletrobras, como painelistas.



JUNHO

2021

Ilana apresentou ações de equidade em encontro da Câmara argentina

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, participou de encontro on-line internacional promovido pela Câmara dos Deputados da Argentina sobre políticas de equidade nos parlamentos latino-americanos. Ela apresentou a trajetória das ações de equidade de gênero e raça da Casa desde 2011 e falou sobre a importância de organizações públicas servirem de exemplo para a sociedade.

— Em 2015, eu me tornei diretora-geral. Não fui a primeira, mas, quando assumi, criei a Comissão Permanente

de Promoção de Igualdade de Gênero e Raça no Senado. Desde então, fizemos um trabalho amplo e presente na comunidade interna da Casa. Não é um trabalho só de mulheres ou para mulheres, é para a sociedade — disse Ilana.

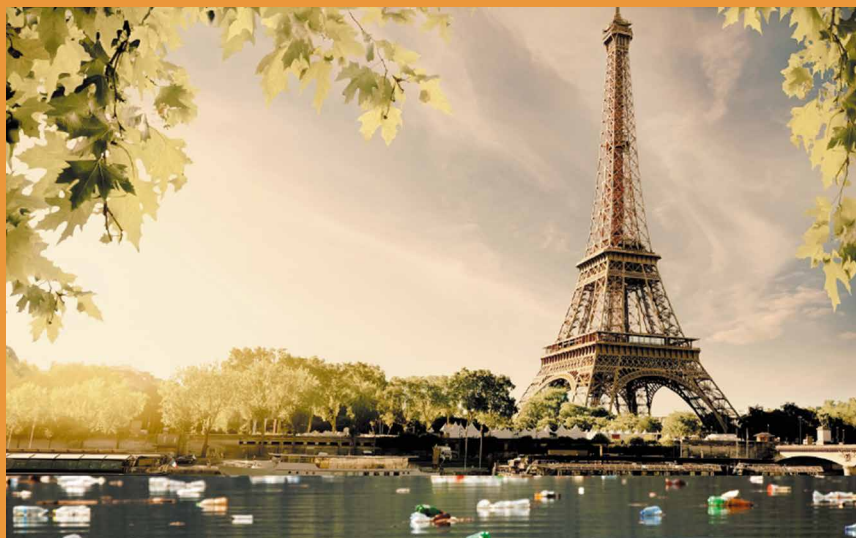
A diretora-geral também citou as pesquisas internas que culminaram na elaboração do Plano de Equidade de Gênero e Raça para o biênio 2019/2020. Segundo afirmou, o documento ajudou a manter o foco nos objetivos e garantir o controle de qualidade das iniciativas adotadas.



Gisela Manero, diretora-geral de igualdade da Câmara de Deputados do Chile; Jimena Boland, diretora do Observatório de Gênero e Equidade da Câmara da Argentina; Sulma Campos, diretora da Unidade Técnica para Igualdade de Gênero do Senado do México; e Ilana Trombka

Galeria de fotos mostrou exposição de imagens sobre racismo ambiental

O Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial do Senado lançou uma galeria de imagens sobre racismo ambiental. Conforme as idealizadoras do projeto, a servidora Stella Maria Valadares e a estagiária Laísa Fernanda Alves da Silva, as imagens mostram como seria se consequências ambientais atingissem áreas nobres de cidades da mesma forma que as áreas mais vulneráveis.



Paris e resíduos no Rio Sena – Áreas nobres costumam ser preservadas e livres de resíduos ou poluentes ambientais. Fotos: Canva.

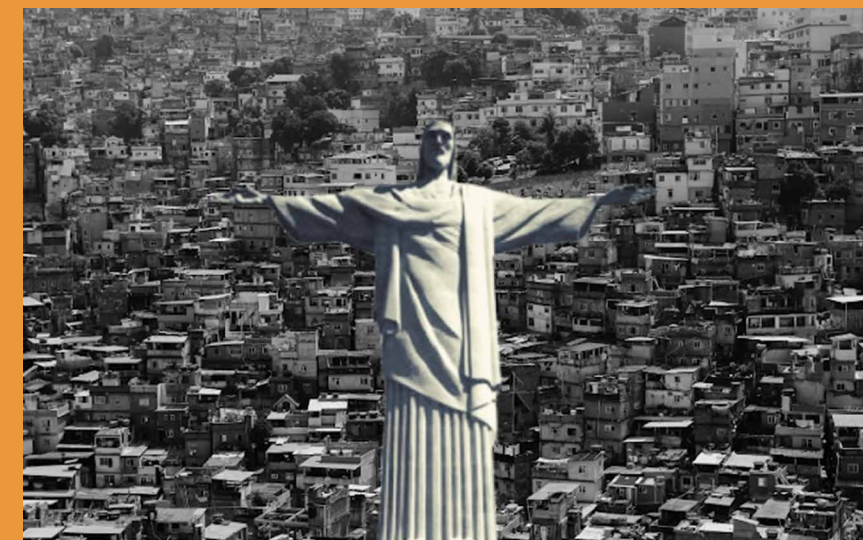


Homem apreciando a vista da queima de lixo plástico em países africanos – A queima de lixo costuma ocorrer em locais onde há população de baixa renda. No caso da queima de lixo plástico, ocorre a liberação de gases tóxicos na atmosfera. Já no caso do lixo eletrônico, de acordo com as Nações Unidas, até 90% dele é despejado no continente africano, sem obedecer a qualquer critério ou respeito à vegetação e à saúde humana e animal. Fotos: Canva.



Rejeitos da Barragem Córrego do Feijão atingindo a Igreja da Pampulha – O rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), causou a morte de 270 pessoas. Nas localidades mais atingidas, a população que se declara como não branca chega a 70,3%, e a renda familiar média é inferior a 2 salários mínimos. Já o rompimento da barragem de mineração Fundão, em Mariana (MG), atingiu 230 municípios em Minas Gerais e Espírito Santo. 84,5% das vítimas imediatas eram negras. Além disso, a lama tóxica no Rio Doce afetou também a subsistência de comunidades ribeirinhas, em especial o povo indígena Krenak. Fotos: Ricardo Stuckert (Fotos Públicas)/Canva.

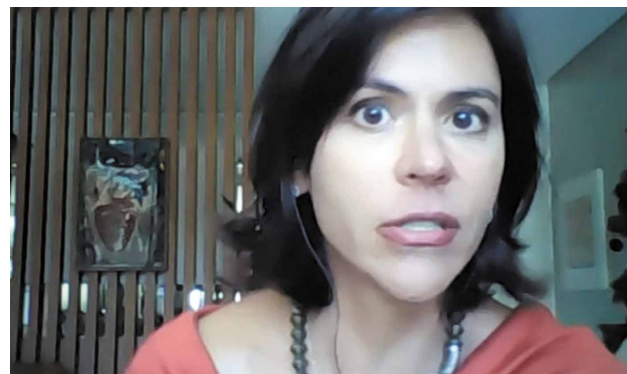
Morro da Providência com o Cristo Redentor – Remete à história do Rio de Janeiro no fim do século XIX. No contexto da Guerra de Canudos, moradores do Cortiço Cabeça de Porco, majoritariamente escravizados alforriados e afrodescendentes em geral, foram deslocados para o Morro da Providência, o que, para muitos historiadores, representou a formação da primeira favela carioca e, possivelmente, do Brasil. A degradação ambiental nos morros e comunidades expõe seus habitantes, majoritariamente negros e vulneráveis, a condições de vida precárias. Fotos: Canva.



Ações do Comitê de Gênero e Raça foram discutidas em evento internacional

O trabalho do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça foi um dos assuntos do encontro internacional promovido pela Apolitical, fundação sem fins lucrativos que congrega servidores públicos de 170 países. A vice-presidente do comitê, Roberta Viegas, coordenadora do Núcleo Social (NSoc) da Consultoria Legislativa (Conleg), falou a respeito de políticas inclusivas e de combate ao racismo no Senado.

A participação do Senado foi decidida após o chefe do Serviço de Informação de Dados Pessoais (SeiDP), Pêrsio Henrique Barroso, ter submetido à fundação artigo sobre as ações do comitê. O texto foi escolhido pela organização do evento para nortear o debate sobre inclusão no serviço público, e Roberta representou a Casa para discutir o tema com servidores do Canadá e Reino Unido.



Ilana participa de reunião sobre a Rede Equidade e diz: Senado tem muito a contribuir



A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, participou de reunião on-line sobre a formação da Rede de Equidade, formada por várias instituições, que finalizou o termo de acordo de cooperação técnica e agora trabalha em uma proposta de plano de trabalho.

Foi a sétima reunião para a construção da rede, coordenada pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, com a participação de representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas da União (TCU), Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Ministério de Minas e Energia (MME), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Associação Brasileira de Advogados (ABA).

Segundo Ilana, o Senado tem muito a contribuir porque possui um trabalho consolidado em relação às questões de equidade. Ela reforçou a importância da troca de experiência entre as instituições para a efetivação da Rede de Equidade.

A maioria dos colaboradores do Senado já ouviu falar de racismo estrutural

Para identificar as implicações sobre o racismo em seu ambiente organizacional, o Senado realizou uma pesquisa interna sobre a percepção dos colaboradores sobre vários aspectos relacionados à prática do racismo étnico-racial.

Entre os resultados obtidos, destacou-se o alto nível de conhecimento do que se chama “racismo estrutural, institucional e individual”, com 82% dos respondentes afirmando já ter ouvido falar sobre o assunto. Bastante discutido, racismo estrutural é a vertente de estudos que considera que existem condições estruturais na sociedade que perpetuam a discriminação de determinadas raças e etnias. Entre os que já ouviram falar em racismo, 68% disseram que sabem muito a respeito e 30% afirmaram que pouco.

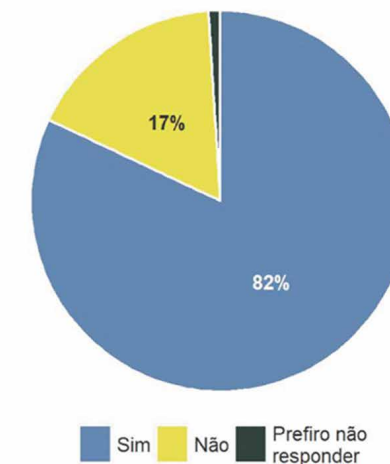
O levantamento ouviu 681 pessoas sobre diversidade étnico-racial no Senado e vai contribuir para a Casa criar estratégias de conscientização sobre racismo e sua superação. Outro ponto importante da pesquisa é que 84% dos pesquisados entendem que o racismo é um tema que recebe mais atenção do público negro.

O coordenador do GT, Henrique Salles Pinto, ressaltou as ações que vêm sendo realizadas na Casa para melhorar a conscientização sobre a importância do não racismo e, principalmente, do antirracismo: textos da coluna Racismo em Pauta, publicados na Intranet; rodas

de leitura, na Biblioteca do Senado; exposições de imagens, tanto de fotos como de pinturas sobre a temática; organização de curso a distância sem tutoria com a Uni-Palmars sobre racismo estrutural; e organização de um observatório sobre representação de gênero e raça nos legislativos brasileiros, abrangendo não somente Senado e Câmara, mas também as assembleias estaduais.

O pano de fundo do trabalho, diz Henrique, é promover a diversidade étnico-racial no trabalho e em todas as instâncias da sociedade, para um dia o Senado e a população brasileira serem mais equitativos.

Você já ouviu falar em racismo estrutural, institucional e individual?



Cine Reflexão debateu questões de diversidade e capacitismo

O foco do debate envolveu questões sobre o preconceito vivido pela comunidade LGBTQIA+ e pelas pessoas com deficiência. As discussões do Cine Reflexão foram balizadas por questões trazidas por três palestrantes convidadas. A primeira delas foi Laísa Fernanda Alves da Silva, estagiária na área de Ciências Sociais do comitê, que falou sobre questões relativas à diversidade. Ela explicou o significado da sigla LGBTQIA+ e explicou o que é gênero. Segundo ela, há muito a ser conquistado no Brasil em relação aos direitos das pessoas LGBTQIA+.

A segunda palestrante foi Thayane Karina Cunha da Silveira, estagiária do comitê, também na área de Ciências Sociais. Ela, que possui deficiência nos membros inferiores, tratou do preconceito contra as pessoas com



O cartão de divulgação do Cine Reflexão apresenta o título em letras grandes e azuis. Abaixo dele, o tema principal e as informações sobre o fórum e o debate são listadas. No topo, há uma imagem de três jovens e um ícone de uma fita de filme. Na base, os logos do Senado Federal e do Comitê pela promoção da igualdade de Gênero e Raça são exibidos.

CINE REFLEXÃO

HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO

Tema: Diversidade
Fórum na plataforma Saberes: 18/6 a 25/6
Debate via Zoom: 25/6 às 10h
Público-alvo: colaboradores/as do SF

Para mais informações, acesse o portal da Intranet.

SENADO FEDERAL
Comitê pela promoção da igualdade de Gênero e Raça

deficiência, que muitas vezes são consideradas pessoas incapazes, diz.

Thayane mencionou algumas situações capacitistas que já enfrentou. Para ela, não se deve achar que pessoas com deficiência são heroínas ou heróis porque realizam atividades comuns. Outro ponto que deve ser respeitado é o direito da pessoa com deficiência.

Revisora de textos em braile da Secretaria de Editoração e Publicações

(Segraf), Daniela Ribeiro encerrou o ciclo de palestras falando da importância do processo de inclusão das pessoas com deficiência. Ela é também cantora em uma banda de samba e zeladora de santo em uma casa de umbanda. Deficiente visual, Daniela reforçou a necessidade de as pessoas saberem como conviver com uma pessoa com deficiência.

Congresso recebeu iluminação para lembrar o Dia do Orgulho LGBTQIA+

A iluminação lembra a bandeira do movimento LGBT, com múltiplas cores representando a diversidade em forma de arco-íris. A iniciativa partiu dos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Fabiano Contarato (PT-ES), respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e do deputado Rafafá (PSDB-PB).

Para o co-coordenador da Associação Brasília Orgulho, Welton Trindade, a iluminação é fundamental para se afirmar que o Congresso Nacional só pode ser considerado a casa dos cidadãos se for também a casa dos LGBTs.

JULHO

2021

Ilana defende cota para mulheres vítimas de violência doméstica

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, representou a Casa durante o 8º Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ilana apresentou iniciativas do Senado ligadas à equidade de gênero e raça, com foco no “Programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência da violência doméstica e familiar”, instituído por ato da Comissão Diretora do

Senado em 2016 (ATC 4/2016). A iniciativa prevê uma cota de 2% nos contratos de terceirização.

A diretora-geral se disse satisfeita com os resultados obtidos desde que o programa foi instituído. Segundo ela, outras organizações públicas e privadas se inspiraram na iniciativa e até a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) foi influenciada positivamente. No parágrafo 9º do artigo 25 do texto legal, está prevista a criação de cotas para mulheres na vulnerável situação de violência.



Roda de Conversa: Valorização da população negra no âmbito do serviço público

A professora e doutora Ana Flávia Magalhães, primeira docente negra do Departamento de História da UnB, apresentou aos participantes da Roda de Conversa dados sobre a participação de afrodescendentes em diversos setores e alertou para a tendência de escassez de concursos públicos no país. Em sua avaliação, isso pode significar menos diversidade entre os futuros servidores.

Ela criticou o fato de a falta de diversidade e inclusão esteja internalizada na sociedade. Conforme a professora, apenas 3% dos docentes de pós-graduação no país são negros ou pardos. Mesmo assim, ela disse não ver as pessoas escandalizadas por esse exemplo da realidade.

Roda de conversa

Valorização da população negra no âmbito do serviço público

Prof.ª Dr.ª Ana Flávia Magalhães
historiadora e a primeira docente negra do Departamento de História da UnB
palestrante

Mediadoras:
Láisa Silva | Stella Maria Vaz

6 de julho | 16h30
participe pelo Zoom

SENADO FEDERAL

CLIQUE AQUI PARA PARTICIPAR

O evento é promovido pelo Comitê de Equidade, GT de Raça e SESOQVT.

Senado recebe pela terceira vez o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça



O Senado recebeu, pela terceira vez consecutiva, o Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

— O Senado que se inscreveu pela primeira vez em 2011 para receber esse selo não é o mesmo de hoje. Temos novas ações e acreditamos nessa causa. Seremos premiados pela terceira vez mostra que nosso trabalho é contínuo e que houve mudança na nossa cultura organizacional — disse Ilana.

O programa recebeu a inscrição de 122 organizações. Dessas, 64 foram contempladas com o selo, entre elas, além do Senado, a Advocacia-Geral da União, a Eletrobras, o Banco do Brasil, o BNDES, a Avon, a Câmara dos Deputados, a Johnson & Johnson e a Transpetro.

Segundo o ministério, o objetivo do programa é a redução das desigualdades de gênero e raça no âmbito do trabalho, ao estimular instituições públicas e privadas a adotar práticas de equidade na gestão de pessoas e cultura organizacional, visando a construção de uma sociedade justa e sem discriminação.

O Senado começou a participar do programa após autorização da Comissão Diretora, em 2011. Desde então, recebeu dois selos de compromisso em boas práticas de equidade. Em março de 2018, a Casa entregou o Relatório Final de Execução das Ações, referente à 6ª edição do programa. Somente agora foi divulgado o resultado.

Equidade começa em casa, diz Ilana em palestra a servidores de Maceió

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, compartilhou sua experiência profissional e visões sobre equidade durante evento na Escola de Governo da Prefeitura de Maceió, que debateu temas relacionados à liderança e empoderamento feminino. Ela afirmou

que é missão das mulheres pavimentar o caminho para as futuras gerações e ajudar a quebrar paradigmas.

— A Equidade começa em casa e na educação. Enquanto eu estou aqui, quem leva as crianças na escola é o meu marido. Isso não faz dele um herói. Na



nossa casa, damos o nosso melhor e, nesse momento, a divisão de tarefas é essa. Se queremos criar uma sociedade melhor, precisamos começar por quem está em volta. Se mudarmos nosso círculo, estamos rapidamente mudando o mundo — disse Ilana. O evento contou a

participação de representantes do governo local, da Assembleia Legislativa de Alagoas e de servidoras que também compartilharam suas histórias de vida e trocaram ideias sobre situações que envolvem liderança e empoderamento feminino.

AGOSTO

2021



Vítimas são comunidades negras, indígenas e periféricas

Deve-se, e é necessário, fazer uma leitura da questão ambiental sob o olhar do racismo. São questões que estão intimamente relacionadas, uma vez que os espaços ocupados pelas comunidades negras, indígenas e periféricas recebem tratamentos diferenciados por parte do poder público, representado pelo Estado.

Para compreender melhor a relação que envolve essas questões, é sempre bom lembrar o conceito de racismo ambiental, criado em 1981 pelo afro-americano dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., líder negro pelos direitos civis, a partir de suas investigações e pesquisas sobre a relação de resíduos tóxicos e a população ne-

gra norte-americana. Segundo o pesquisador, “racismo ambiental é a discriminação racial no direcionamento deliberado de comunidades étnicas e minoritárias para exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos e perigosos, juntamente com a exclusão sistemática de minorias na formulação, aplicação e remediação de políticas ambientais”.

A ativista Stephanie Ribeiro contribui para esse debate salientando a necessidade de se entender que existe toda uma lógica de poder na escolha de áreas que serão exploradas e como serão exploradas, danificando a vida e saúde de povos marcados por sua identidade racial,

como negros, indígenas, latinos e asiáticos. Em que pese o conceito ter sido criado em decorrência de questões que afetavam comunidades afro-americanas, outros aspectos foram incorporados ao conceito original. Por exemplo, a realidade dessas outras identidades étnicas.

Nesse sentido, é importante compreender que o racismo ambiental está direta e intimamente relacionado à injustiça ambiental. Portanto, trata-se de um mecanismo em que os menos favorecidos socioeconomicamente são as maiores vítimas dos danos ambientais causados pelo processo econômico e os que menos desfrutam dos produtos do capitalismo e da utilização dos recursos naturais. Junta-se a isso a exclusão sistemática na elaboração e efetivação de políticas públicas ambientais. Assim, ampliou-se o conceito e compreensão do racismo ambiental.

Nessa perspectiva, esses grupos no nosso país são populações de baixa renda, povos étnicos tradicionais, operários, mulheres, raizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, comunidades de terreiros, faxinais negros urbanos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas.

Artigo de Regina Araújo, integrante do Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial e auxiliar parlamentar do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. Especialista em Política e Representação Parlamentar e presidente do Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi, em São Sebastião (DF).

Mostra do GT de Raça valoriza a cultura e artistas afrodescendentes

O Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial, vinculado ao Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, inaugurou sua terceira exposição fotográfica on-line do ano. A mostra, chamada “Pelas lentes de mulheres negras”, apresenta imagens que representam a valorização da cultura afrodescendente e de artistas negras. Todo o material foi cedido por quatro fotógrafas negras: Ester Cruz (DF), Daisy Serena (SP), Laís Lima (BA) e Ana Beatriz Almeida (RJ).

A exposição fez parte do projeto Racismo em Pauta, criado em 2020. Uma das idealizadoras do evento, a servidora Stella Maria Vaz, biblioteconomista do Serviço de Processamento de Artigos de Revista (Seart) e gestora de exposições e rodas de leitura do GT de Raça, explica que a temática selecionada para o mês é alusiva ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho. A curadoria das imagens contou com a participação de vários colaboradores da Casa, que sugeriram artistas e ajudaram a localizá-las por meio das redes sociais.





ENIGMA 1

(2021)

@daisserena



ENIGMA 2

(2021)

@daisserena



DAISY SERENA

@daisserena

Artista visual e escritora com estudos em Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Autora de Tautologias (poesia, Pódi Editorial, 2016). Seus poemas foram publicados em revistas digitais, como Escamandro e Chão da Feira. Sua estreia solo, em artes visuais, foi a exposição: Tecituras de Tempo & Identidade (Mostra de Criadoras em Moda: Mulheres Afro-latinas, no Sesc Interlagos, 2019). Também participou das exposições coletivas FotoPreta (2018 e 2020) com curadoria do coletivo Afrotrometria. Tem obras de diferentes linguagens visuais publicadas em revistas digitais como Menelick 2º Ato, Garupa e DoeK! (Nambio).



ESTER CRUZ

@stercruzgraphy

Fotógrafa pelo Instituto lesb, web designer, produtora e diretora de fotografia, reside no Distrito Federal. Seu foco é a estética negra. Seus retratos são usados como uma busca para desenvolver um novo olhar ao negro, de uma forma além dos estereótipos e dando ênfase aos detalhes de cada especificidade da pele negra.



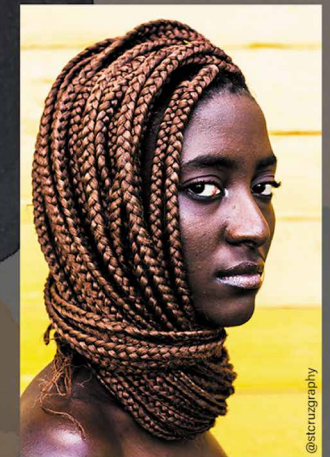
ARTE É PRETA

Uso a fotografia como ferramenta de inserir meu povo em todos os locais que foram negados. (2019)

@stercruzgraphy

RE'TORNO

Quero trazer a semelhança entre dois povos desconhecidos e distantes que têm, em comum, sua cor de pele. De um lado, um povo lineado em sua raiz e, de outro lado, um povo que está em constante busca para adentrar suas origens. Quero mostrar que somos descendentes de reis e rainhas. Ampliando a visão sobre o "negro" que, antes da escravidão, tinha raiz, história, origem, etnias e nomenclaturas. Referenciando, em meus registros, o valor, a inteligência, a beleza e os traços: nariz, boca e cabelo. (2019)



@stercruzgraphy



Observatório lança vídeos sobre enfrentamento à violência contra mulher



O Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), do Senado Federal, lançou uma série de sete vídeos informativos em comemoração aos 15 anos da Lei Maria da Penha, celebrados em 6 de agosto. O conteúdo fala a respeito da rede de enfrentamento e mostra que lidar com esse problema vai além de punir os agressores.

O material está disponível na página do Observatório e no canal da TV Senado no YouTube. Responsável pelo planejamento, edição e ilustrações dos vídeos, Isabela Souza Lima Campos, analista de comunicação do OMV, explica o motivo de dar profundidade ao assunto.

— É preciso acolher a mulher e dar oportunidades. Muitas são dependentes econômicas do agressor e isso dificulta o afastamento. É importante mostrar, por exemplo, que o atendimento de saúde a uma vítima

não é apenas físico. Inclui também contracepção de emergência, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis [ISTs], tratamento psicológico, entre outras ações — pontua.

Selo representa o reconhecimento do trabalho feito na gestão de pessoas e na cultura organizacional

O Senado recebeu, pela terceira vez consecutiva, o selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos pela ONU Mulheres e pela Organização Internacional do Trabalho. Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, e Maria Terezinha Nunes, coordenadora do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, deram entrevista à TV Senado sobre o trabalho feito na instituição para promover a equidade.



Racismo institucional promove a exclusão e o preconceito racial



Racismo institucional é a manifestação de preconceito por parte de instituições públicas ou privadas, do Estado e das leis que, de forma indireta, promovem a exclusão ou o preconceito racial.

Identificamos uma negligência por parte do Estado quando ele não investe em saúde e educação, quando não esclarece a população sobre as questões de cidadania e meio ambiente, quando não cuida das ocupações desordenadas, quando não investe em políticas públicas para populações que vivem nas periferias. Essa negligência tem nome e tem alvo: é racismo institucional e é direcionada à população pobre, na sua imensa maioria negra e moradores da periferia.

No caso de Brasília, temos as cidades que cresceram sem infraestrutura e sem planejamento urbano,

com uma ocupação desordenada e muitas áreas de preservação que foram invadidas, desmatadas e suas nascentes foram mortas. E a cidade de São Sebastião não foge a esse padrão e é exemplo desse crescimento desordenado. São Sebastião, que surgiu a partir de uma agrovila, tem hoje aproximadamente 150 mil habitantes, quatro assentamentos e cinco acampamentos, além de sua franja urbana se alastrando para a área rural, é mais um exemplo de racismo institucional.

Artigo de Regina Araújo, integrante do Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial e auxiliar parlamentar do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. Especialista em Política e Representação Parlamentar e presidente do Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi, em São Sebastião (DF).

As ervas e rezas como forma de resistência ao racismo ambiental

Segundo publicação da Farmácia-Escola do Centro Universitário São Camilo, a fitoterapia refere-se à utilização de plantas para o tratamento de doenças. Todo produto farmacêutico, seja extrato, tintura, pomada ou cápsula, que utiliza como matéria-prima qualquer parte de uma planta com conhecido efeito farmacológico pode ser considerado um medicamento fitoterápico. Portanto, na fitoterapia são utilizados os princípios ativos de algumas plantas medicinais para tratamento ou prevenção de enfermidades.

Deve-se compreender a fitoterapia dentro da perspectiva da ancestralidade de um povo ou de uma comunidade periférica; o que nos remete às nossas referências, experiências e memória cultural. Salienta-se que, nas comunidades periféricas das grandes cidades, é possível encontrar pessoas que ainda trazem vivências e práticas com as ervas medicinais.

É nessa realidade que surge a trajetória e a experiência da erveira, raizeira e rezadeira Josefa Athaídes, moradora do bairro Capão Comprido, localizado na zona rural da cidade de São Sebastião (DF), onde ela mantém seu



jardim medicinal. Nascida e criada na zona rural, Josefa traz na sua vivência um conhecimento ancestral na lida e manipulação das plantas medicinais e vai agregando seguidores ao seu trabalho.

O seu trabalho amplia-se de forma protagonista, por exemplo, plantando, colhendo e atendendo à comunidade local como palestrante, rezando, benzendo, ministrando cursos e oficinas. Ela também tem realizado parcerias com médicos que adotam práticas integrativas e complementares na área da saúde e com a Universidade de Brasília (UnB).

Assim, Josefa e outras mulheres como Zélia, Raimunda, Francisca, Regina, Viviane e Izabel são referências nas práticas fitoterápicas e buscam resgatar práticas ancestrais em prol da saúde pública da comunidade periférica.

Essas vivências e experiências são formas de resistência que se baseiam na força da ancestralidade, na

memória cultural e no saber popular. São as ervas e rezas que se apresentam e vão sendo resgatadas, como resistência frente ao racismo ambiental, que é a “discriminação racial no direcionamento deliberado de comunidades étnicas e minoritárias

para exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos e perigosos, juntamente com a exclusão sistemática de minorias na formulação, aplicação e remediação de políticas ambientais”, segundo o conceito desenvolvido pelo líder afro-americano e defensor dos direitos civis Benjamin Franklin Chavis Jr.

Artigo de Regina Araújo, auxiliar parlamentar do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e integrante do Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial. Especialista em Política e Representação Parlamentar, ela é presidente do Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi, localizado em São Sebastião (DF).

Iluminação roxa lembra os 15 anos da Lei Maria da Penha

O Congresso Nacional foi iluminado com a cor roxa em apoio à Campanha de Conscientização pelo Fim da Violência contra a Mulher. A iniciativa partiu da senadora Leila Barros (PDT-DF), do senador Giordano (MDB-SP) e da deputada Celina Leão (PP-DF).

A cor é uma referência ao Agosto Lilás, mês em que foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006),

que este ano está completando 15 anos. O objetivo da campanha é mobilizar a sociedade em relação à violência contra a mulher. Segundo a senadora Leila Barros, a cor lilás ou roxa inspira respeito e dignidade, mas também piedade, purificação e transformação. Ela lembra que a iniciativa tem o respaldo da banca da feminina.



Dia Internacional da Igualdade Feminina: uma reflexão sobre os desafios de ser mulher

A origem do Dia Internacional da Igualdade Feminina data de 26 de agosto de 1973, quando o Congresso dos Estados Unidos decidiu comemorar os 53 anos de aniversário de sua 19ª emenda constitucional, que permitiu o voto às mulheres norte-americanas. A partir de então, a data passou a ser celebrada anualmente, trazendo o tema da equidade de gênero para a pauta.

No Brasil, somente em 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino foi instituído pelo Código Eleitoral. No entanto, apenas as mulheres casadas autorizadas pelos maridos e as viúvas com renda própria podiam exercer esse direito. Somente em 1934, com a nova Constituição Federal, o voto feminino se tornou direito amplamente concedido às mulheres.

Ao longo das últimas décadas, graças ao movimento feminista, as mulheres conquistaram a entrada no mercado de trabalho formal, no ensino e na vida política; além da criação de leis contra violência doméstica, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que este ano completa 15 anos. Contudo, infelizmente, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Apesar de serem a maioria do povo brasileiro e terem maior escolaridade, as mulheres ainda ocupam menos cargos de liderança nas organizações. Segundo o IBGE, ganham 77,7%, em média, dos salários pagos aos homens. Na política, há uma sub-representação feminina, menos de 20% dos cargos no poder legislativo regional

e federal são ocupados por mulheres.

Adiciona-se ainda um cenário de pandemia, cuja dinâmica de vida em confinamento levou a um aumento significativo no número de casos de violência doméstica e de feminicídio no país. De acordo com o Instituto Datafolha, uma a cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano, totalizando aproximadamente 17 milhões de mulheres. Se nos voltarmos para o tema da equidade feminina, considerando a questão racial, os números são ainda piores em relação às mulheres da população negra.

É preciso lamentar também retrocessos que ocorrem pelo mundo, como a recente retomada do poder pelo Talibã, no Afeganistão. Depois de 20 anos de conquistas femininas naquele país, as mulheres voltaram a ser proibidas de sair de casa sem cobrir o rosto ou desacompanhadas por parentes homens, além de serem obrigadas a deixar o mercado de trabalho.

Diante dos desafios presentes na realidade das mulheres em todo o mundo, o dia Internacional da Igualdade Feminina surge para reforçar a necessidade de reflexões e ações voltadas à equidade entre os gêneros. Afinal, a verdadeira democracia só existe quando cidadãos e cidadãs são vistos como iguais, com os mesmos direitos e deveres.

Artigo de Maria Cristina Monteiro, integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal e chefe do Serviço de Gestão de Acervo do Museu.

Desvendando LGBTQIA+ no Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Sou uma mulher cisgênero, ou seja, minha identidade de gênero corresponde às expectativas socioculturais atribuídas no momento do meu nascimento. Além disso, sou o B da sigla LGBTQIA+. Assim, sou uma mulher cis, negra e bissexual. Vou descomplicar a sigla e os conceitos.

Gênero refere-se aos papéis, comportamentos, expressões, atividades e atributos socialmente construídos que uma cultura considera apropriada para homens, mulheres e pessoas não-binárias, ou seja, que não se identificam como homens ou mulheres. Gênero não se refere ao sexo biológico, dado que uma pessoa pode se reconhecer ou se identificar de uma forma distinta à atribuída no seu nascimento.

Agora, sobre os afetos. A orientação sexual, involuntária e inerente, é a atração que uma pessoa sente por outras pessoas. Voltando à sigla LGBTQIA+, a letra L representa as lésbicas, mulheres que sentem amor, afeto e/ou atração sexual apenas por outras mulheres. O G representa os gays, homens que sentem atração apenas por outros homens. Eu, como disse, sou o B, de bissexual, sinto atração tanto por mulheres quanto por homens.

O T abrange três grupos de pessoas: transgêneros, transexuais e travestis. E diz respeito às pessoas cuja identidade de gênero não corresponde às expectativas culturais assinaladas no seu nascimento. A letra Q significa *queer*, que são pessoas que transitam entre os dois gêneros.

A vogal I, de intersexo, é usada para descrever pessoas que nascem com características genéticas que não se encaixam como tipicamente masculina ou feminina. A letra A representa os assexuais, aqueles que nem sempre se interessam sexualmente por outros gêneros e podem elaborar outras formas de relação.

Por fim, o sinal + indica as outras possibilidades de ser e estar no mundo, como pessoas não-binárias ou pansexuais. Se ainda assim restarem dúvidas, a melhor forma de respeitar o próximo é perguntar como a pessoa gostaria de ser tratada, se com pronomes masculinos, femininos ou neutros.

Visibilidade

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica surgiu em 29 de agosto de 1996, quando aconteceu o 1º Seminário Nacional de Lésbicas no Rio de Janeiro. É um dia de luta e reflexão em busca dos direitos e do respeito às mulheres que seguem um padrão de feminilidade homoafetivo.

Ampliando o escopo, tanto a celebração do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica quanto o Dia do Orgulho de Ser LGBTQIA+ são frutos de um movimento, com desafios e conquistas, que já supera os 50 anos. Muitas vezes, não há motivos para celebração, pois 73% das pessoas que não se declaram heterossexuais no Brasil já foram agredidas verbalmente na escola.



O Brasil concentra 82% de evasão escolar de pessoas trans e travestis. Além disso, 63% de pessoas entre 18 e 25 anos são rejeitadas de alguma forma pela família após “saírem do armário”. No país, uma pessoa LGBTQIA+ é agredida a cada 1 hora e a população negra é alvo da metade dos registros de violência.

Em 2020, o Brasil registrou 237 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Em média, 6 lésbicas foram estupradas por dia em 2017, em um total de 2.379 casos registrados, segundo levantamento exclusivo da Gênero e Número a partir de dados obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde.

Considerando a população global, 25% das pessoas acreditam que a homossexualidade deveria ser considerada crime. Em cerca de 70 países, ser homossexual é ilegal.

Os dados nos convidam a refletir sobre nossos privilégios ao demonstrar quais são os direitos que temos e quais são os direitos que algumas pessoas não têm. Além disso, nos fazem perceber que, assim como os privilégios, as desvantagens também se acumulam e quase sempre se sobrepõem. E ambos, sejam privilégios ou desvantagens, não são definidos e decididos por mim ou por você, mas sim pelo sistema, por uma estrutura que possibilita que certos grupos com características específicas tenham mais privilégios do que outros grupos.

Muitas vezes, quanto mais vantagens usufruímos, mais difícil é perceber os privilégios acumulados, por isso a importância de se observar os espaços que ocupamos, quem não ocupa os mesmos espaços que nós e os porquês.

Fontes: Antro (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), ILGA World (The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo, *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017* / Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares, Maria Clara Dias. – Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

Artigo de Laísa Fernanda, estagiária do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, licenciada em Ciências Sociais com dupla habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília.

Roda de conversa discute cota nos contratos de terceirização para mulheres em situação de violência

O Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado promoveu a roda de conversa com o tema “Cota 2% nos contratos de terceirização: solução para mulheres em situação de violência doméstica”.

A roda de conversa discutiu políticas e estratégias de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. O evento contou com a participação de dois convidados. O primeiro deles é o servidor Evandro Balduti, coordenador da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral do Senado (ATDger) e integrante do Comitê

Permanente de Igualdade de Gênero e Raça do Senado. Evandro apresentou seu trabalho de mestrado: *Violência Doméstica: um Desafio para os Formuladores de Políticas Públicas*, sobre o programa do Senado Federal, em que há a previsão de uma cota de 2% nos contratos de terceirização para mulheres em situação de violência.

A segunda convidada foi a professora Roberta Ribeiro, coordenadora do eixo Educação Antirracista e Gênero da Ação Nós por Nós e *podcaster* do Mulherismo Africana. Ela abordou a importância das políticas públicas no combate à violência doméstica e familiar.



DataSenado aponta avanços das mulheres nos esportes, mas preconceito permanece

O Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), divulgou os resultados da pesquisa qualitativa sobre equidade de gênero nos esportes, mostrando que, apesar de ainda haver diversas barreiras na formação de mulheres esportistas, como preconceito e pouco incentivo, a situação melhorou nos últimos quatro anos devido à projeção de figuras públicas femininas e à maior cobertura de eventos esportivos por parte da mídia.

Vinte e duas atletas, paratletas e treinadoras foram entrevistadas entre 7 de dezembro de 2019 e 5 de março de 2020. Coordenadora-geral da Secretaria de Transparência (STrans), Laura Nascimento explica que a pesquisa deveria ter sido divulgada no início de 2020, mas, devido à pandemia, não pôde ser concluída.

As entrevistadas citaram exemplos positivos de projeção pública de mulheres nos esportes, entre eles a ex-jogadora de vôlei e atual senadora da República Leila Barros (PDT-DF). A parlamentar ressaltou a importância da pesquisa e elogiou os avanços nas políticas de equidade já colocadas em ação.

Desigualdade

Apesar dos avanços em relação a mulheres no esporte, a pesquisa mostrou que, já na infância, a menina ainda vivencia suas primeiras experiências de desigualdade na prática esportiva. Apontou também que a percepção das atletas é de que as mulheres são menos incentivadas a ingressar no esporte de alto rendimento. Para as entrevistadas, as próprias famílias, de modo geral, recuam no apoio às atletas quando elas estão prestes a entrar em categorias de alto rendimento.

Temas relacionados à mulher também são tabus pela falta de informação e debate no ambiente esportivo, de acordo com o levantamento, como casamento e gravidez, falta de reconhecimento da atleta como profissional, discriminação sexual de mulheres que praticam esportes considerados masculinos, assédio no meio esportivo e privilégios aos times masculinos por parte de clubes, equipes e patrocinadores.

Outro ponto verificado na pesquisa é a falta de transparência dos critérios para preenchimento de cargos de liderança. A percepção das atletas entrevistadas é que as escolhas não passam por critérios previamente definidos. Para as atletas, existe um preconceito velado à presença de mulheres nesses ambientes.

SETEMBRO

2021

RACISMO EM PAUTA

DIVERSIDADE GERA RIQUEZA



IMAGEM: FELIPE GREGATE/UNSP/LASH

As cotas raciais devem continuar enquanto durarem as desigualdades

No ano que vem, a popular Lei de Cotas será reavaliada. A legislação prevê o ingresso, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, dos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, das pessoas com deficiência, dos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e dos alunos oriundos de escola pública.

A norma é um sucesso, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A presença de negros nas universidades dobrou entre 2011 e 2019,

passando de 9% para 18%. Os números são referentes a estudantes com idade entre 18 e 24 anos que frequentam o ensino superior.

No Congresso Nacional, tramitam dezenas de proposições que tratam do tema. Algumas reafirmam a reavaliação da lei a cada dez anos, como o PL 4656/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), um dos parlamentares mais atuantes na pauta racial. Porém, existem matérias que permitem a revisão da norma em 30 anos e outras a tornam permanente até perdurarem as desigualdades no país.

Entre as proposições, foi retirada a identificação da raça com a manutenção da denominação renda, reforçando a meritocracia tão “pacificada” quanto o mito da democracia racial.

Garantir a presença e a permanência da multiculturalidade da população brasileira nos bancos escolares é de extrema importância para o desenvolvimento social, econômico e financeiro do país, pois o capital intelectual criativo e real que a diversidade propicia gera a nossa literal riqueza.

Negros, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, jovens, idosos, LGBTQIA+, todos os grupos racializados e marginalizados, enfim, precisam estar nos espaços de poder, nos parlamentos, nas grandes empresas e inclusive na academia. A população negra no país reflete 56,2% da população brasileira, mas em quais cargos e cadeiras de poder ela está proporcionalmente?

No quadro ao lado, os dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), IBGE e Ministério da Saúde (MS) respondem a essa pergunta.

A Lei de Cotas carrega, em uma das suas muitas missões, a tentativa de eliminar, na área educacional, o racismo e as desigualdades existentes há séculos. Para que isso aconteça em todas as áreas da sociedade, precisamos de um combo de políticas públicas integradas e pontuais, como saúde, educação e trabalho decente, em que as trabalhadoras(es) tenham coragem de denun-

Dados do Ipea, CNJ, IBGE e MS

- 56,2% da população brasileira é negra;
- 76% das pessoas mortas em ações policiais são negras;
- 30% dos cargos de gerência são ocupados por pessoas negras;
- 71% das pessoas mortas por assassinato são negras;
- 64% da população carcerária é negra;
- 29% dos trabalhadores subutilizados são negros;
- A renda média mensal de brancos é R\$ 2.796. A dos negros, R\$ 1.608;
- 43% dos negros vivem sem rede de esgoto;
- 13% dos negros vivem sem coleta de lixo; e
- 170,1 mil negros entre 30 a 59 anos de idade são mortos por ano, sendo as mulheres negras as mais vitimadas.

Fontes: Ipea, CNJ, IBGE e Ministério da Saúde.

ciar o assédio moral ou sexual, sem medo de perder o emprego; combate à violência que atinge de mão cheia os corpos racializados, em especial a juventude negra; moradia digna, saneamento básico e iluminação pública; cultura e lazer; e tantas outras políticas que encarem de frente o racismo e as desigualdades.

Essa pandemia de coronavírus, que arrebatou quase 600 mil vidas, sacudiu, rasgou e jogou para o ar os carpetes que cobriam as desigualdades, revelou o caos nas instituições, demarcou a insegurança alimentar, as violências e o desemprego e assumiu o retorno da miséria, que registrava, até janeiro, o número de 39,9 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, sobrevivendo com R\$ 89 por mês, segundo dados do Ministério da Cidadania.

Manter a política de cotas em uma sociedade em que a hecatombe da desigualdade favorece o crescimento de fortunas familiares de US\$ 2 bilhões em 2020 para US\$ 11,3 bilhões em 2021 é reconhecer que as linhas de partida e permanência não são as mesmas e que o sábio e filósofo Aristóteles tem toda razão: “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”.

Artigo de Maria Isabel Sales, integrante do Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial e assessora legislativa e racial do gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS). Especialista em Direito Legislativo, ela coordena o eixo de políticas públicas no Coletivo Pretas e Pretos em RelGov.

Dia Internacional da Mulher Indígena: data para valorizar a ancestralidade

Tucano, pipoca, siri, peteca, maracujá... Palavras indígenas que fazem parte do vocabulário de todo brasileiro. Para celebrar a multiplicidade e valorizar o legado ancestral de sabedoria dos povos e das mulheres indígenas, foi comemorado, no dia 5 de setembro, o Dia Internacional da Mulher Indígena. A Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, Terezinha Nunes afirma que é necessário reconhecer os direitos desses povos.

— Para o Comitê, é uma data importante para trazer à tona o protagonismo das mulheres indígenas que seguem na luta por seus direitos como mulheres, mas também pelos direitos dos povos indígenas, comumente vilipendiados — diz Terezinha.

A data foi escolhida em homenagem a Bartolina Sisa, heroína indígena que viveu no século 18 no Vice-Reino do Peru, atual Bolívia. Juntamente com seu marido,



Túpac Katari, liderou revoltas contra o domínio espanhol. Em julho de 1781, foi presa após organizar os acampamentos militares indígenas que integravam um cerco a La Paz. Ficou na prisão por mais de um ano, sofrendo tortura, mas não há registro de que tenha revelado informações sobre o movimento. Foi enforcada pelos espanhóis no dia 5 de setembro de 1782 em praça pública.

No Senado, Marluci Ribeiro, locutora da Rádio Senado, foi uma das poucas mulheres que se autodeclararam indígenas. Procurada para fazer parte desta matéria, ela ficou surpresa ao saber de sua singularidade na Casa.

— Embora nos meus documentos conste como pertencente à raça branca, sempre que posso, me declaro indígena. Afinal, mais do que minha metade, é como me sinto por inteiro. Sou muito grata ao Senado por acolher essa definição de identidade — afirma Marluci.

A servidora afirma nunca ter sofrido *bullying* por seus traços físicos e ressalta que, quando a chamavam de “índia”, para ela soava como uma forma carinhosa de reconhecer suas origens. Quando criança, ela ainda usava franja, o que acentuava mais ainda a identificação.

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Indígena, Marluci redigiu o seguinte poema:



Sinto orgulho profundo de meus antepassados
(Donos de todo esse rincão brasileiro),
Que foram, com o tempo, miscigenados
E me fizeram cabocla por inteiro.

Não discuto meu lado lusitano,
Herança da paterna parentela,
Mas posso afirmar, sem engano,
Que ser indígena é minha maior parcela.

Procuro honrar essa raiz materna,
Respeitando sempre o seu legado.
Afinal, persiste uma dívida eterna
Por terem eles o primado.

Por isso, sempre que tenho oportunidade
Reafirmo minhas origens, minha identidade
E me declaro indígena, com ânimo redobrado.

Grata ainda mais por pertencer ao Senado,
Que incentiva e promove a igualdade
Entre os que nele trabalham, lado a lado.

Porque, se a Casa representa os estados,
Aqui os índios também se sentem representados.

Marluci Ribeiro

Dia da Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação

O Dia Latino-Americano da Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação é celebrado em 14 de setembro. A data surgiu em 1990, como forma de reparação à jornalista Mara Régia, que teve seu programa *Viva Maria*, veiculado na Rádio Nacional, suspenso temporariamente no início dos anos 1990. De acordo com a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), *Viva Maria* está há quase 40 anos no ar e é o programa de radiodifusão mais antigo que aborda os direitos das mulheres no Brasil.

Para além da América-Latina, as questões de gênero e a participação feminina nos espaços de decisão e poder no mercado da comunicação preocupam também em um cenário mais abrangente. Em 2014, o primeiro estudo sobre imagens de gênero no cinema internacional, realizado pelo Instituto Geena Davis, juntamente com a ONU Mulheres e a Rockefeller Foundation, analisou 120 filmes populares em 11 países. O resultado mostrou que apenas 21% dos cineastas eram mulheres e somente 3 em cada 10 papéis cujas personagens tinham falas nessas produções eram ocupados por mulheres.



Nos longas-metragens, somente 23% colocavam uma mulher como protagonista.

O relatório produzido em 2016 pela Unesco analisou 522 agências de mídias em 59 países e constatou que apenas 27% dos cargos mais elevados de gerência nas organizações de mídia eram ocupados por mulheres.

Em 2021, a preocupação com a equidade de gênero persiste. A participação plena e efetiva das mulheres na tomada de decisões na vida pública para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas elas, além da eliminação da violência, compôs o tema da 65ª sessão da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres.

Ciclo de Palestras do Legislativo discutiu a representação feminina no parlamento

Em setembro, o Interlegis promoveu a segunda edição do Ciclo de Palestras do Legislativo para discutir “A representação feminina e a atuação parlamentar”. O debate é uma parceria com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) e o Programa de Interação Legislativa (Prolegis).

O tema desse segundo ciclo de palestras surgiu a partir de demandas das próprias vereadoras. A programação foi construída levando em consideração as necessidades e as experiências sobre a importância da presença das mulheres na agenda pública.

O estímulo à participação feminina na política está previsto no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições. O consultor da Câmara dos Deputados Roberto Carlos Martins Pontes aprofundou o tema a partir do “Panorama das proposições legislativas e o impacto nas eleições de 2022”. O bate-papo foi mediado pelo diretor-executivo do ILB/Interlegis, Leonardo Barbosa.

Também foi apresentada a experiência do Senado com a criação de cotas para mulheres vítimas de violência doméstica em contratos de terceirização. Essa ação afirmativa foi apresentada pela diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

A assessora legislativa Danielle Gruneich falou sobre representação feminina e legislação. E a analista legislativa Iara Cordeiro tratou de temas relacionados à violência política de gênero.

GT de Raça lança a exposição virtual *Ubuntu: sobre sós, axés e cafunés no Brasil*

Texto da imagem da próxima página:

Organizada pelo GT de Raça do Senado, a exposição *Ubuntu: sobre sós, axés e cafunés no Brasil* apresenta importante filosofia da África por meio de um conjunto de termos oriundos desse continente. A mostra é composta de trechos do livro *A Luz de Aisha*, das escritoras Aza Njeri e Luana Rodrigues e do ilustrador Gabriel Ben.

Seguindo o conceito de Ubuntu (Eu sou porque Nós somos), a exposição promove uma importante matriz da cultura afro-brasileira e tece uma narrativa sobre o sustentar coletivo e a responsabilidade de todos em nutrir o brilho pessoal de cada um, com a consciência de que todos são afetados quando qualquer semelhante é diminuído.

O objetivo é conscientizar sobre a importância do ensino da história e culturas africanas para o conhecimento da influência e relevância desse continente na formação da identidade nacional brasileira. Se, ao longo da formação dessa identidade, as culturas africanas chegaram a ser até mesmo intencionalmente refutadas pela sociedade e por instituições brasileiras – a exemplo da política do branqueamento do fim do século 19 e início do século 20 –, não se pode mais negar que a riqueza nacional se expressa, sobretudo, por meio de sua diversidade étnico-racial, na qual a herança negra representa um dos ativos mais presentes.

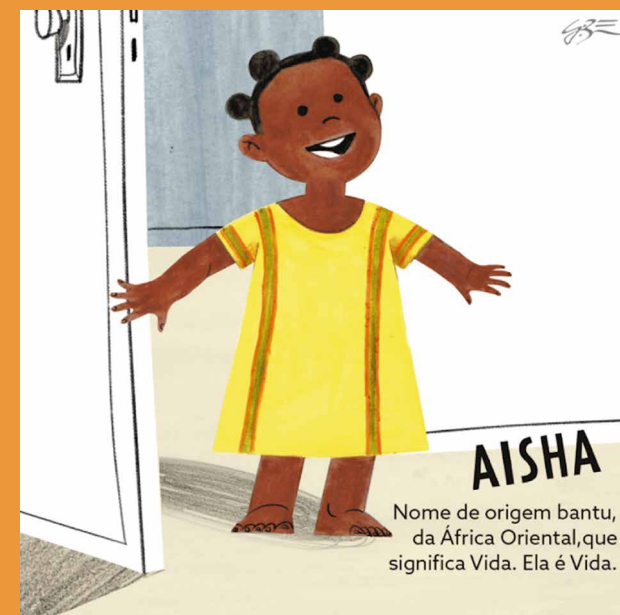


Organizada pelo GT de Raça do Senado, a exposição *Ubuntu: sobre sós, axés e cafunés no Brasil* apresenta importante filosofia da África por meio de um conjunto de termos oriundos desse continente. A mostra é composta de trechos do livro *A Luz de Aisha*, das escritoras Aza Njeri e Luana Rodrigues e do ilustrador Gabriel Ben.

Seguindo o conceito de ubuntu (Eu sou porque Nós somos), a exposição promove uma importante matriz da cultura afro-brasileira e tece uma narrativa sobre o sustentar coletivo e a responsabilidade de todos em nutrir o brilho pessoal de cada um, com a consciência de que todos são afetados quando qualquer semelhante é diminuído.

O objetivo é conscientizar sobre a importância do ensino da história e culturas africanas para o conhecimento da influência e relevância desse continente na formação da identidade nacional brasileira. Se, ao longo da formação dessa identidade, as culturas africanas chegaram a ser até mesmo intencionalmente refutadas pela sociedade e por instituições brasileiras – a exemplo da política do branqueamento do fim do século 19 e início do século 20 –, não se pode mais negar que a riqueza nacional se expressa, sobretudo, por meio de sua diversidade étnico-racial, na qual a herança negra representa um dos ativos mais presentes.

O livro que inspira esta exposição está em campanha para publicação pela editora Rebuliço e é baseado na filosofia africana kindezi-bakongo, da região do Congo-Angola. Trata-se do cotidiano de personagens negras, demonstrando como a menina Aisha coloca em prática um plano para trazer não só o seu sol de volta, mas também o sol de cada um de sua família, quando um acontecimento doloroso sobrevém.



CAFUNÉ

De origem kimbundu, uma língua bantu, significa o barulhinho feito no ato de coçar levemente a cabeça de alguém para fazer adormecer.



KINDEZI

Filosofia africana de origem bakongo, povo bantu majoritariamente localizado na região Congo-Angola.



NTU

De origem bantu, significa a força vital que rege o Eu e é responsável pelo equilíbrio do Nós.

NDONGO

De origem bantu, significa Sol.



MUKUIU

Para os povos bantu, é um pedido de bênçãos.



MUNTU

Palavra de origem bantu, cujo sentido é ser humano, sentido este intimamente ligado ao coletivo.



QUILOMBO

De origem kimbundu, uma língua bantu, significa união; exército; acampamento, arraial, povoação, povoado; capital.



UBUNTU

Filosofia de origem bantu que compreende o ser como coletivo: Eu sou porque Nós somos.



OUTUBRO

2021

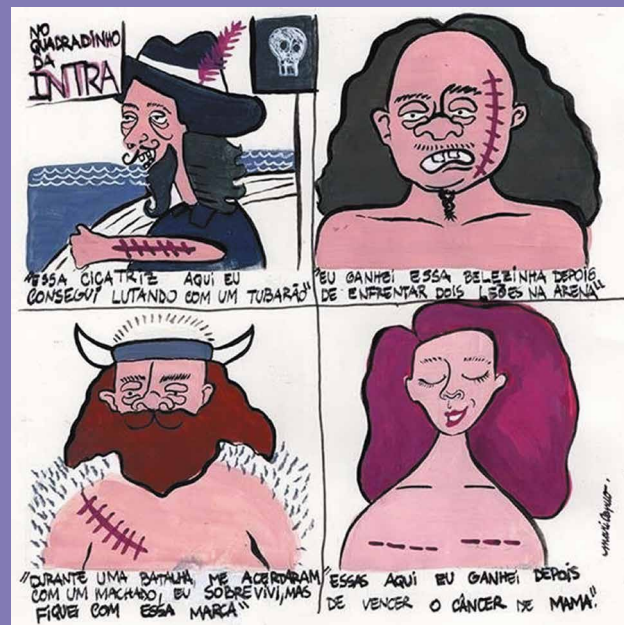
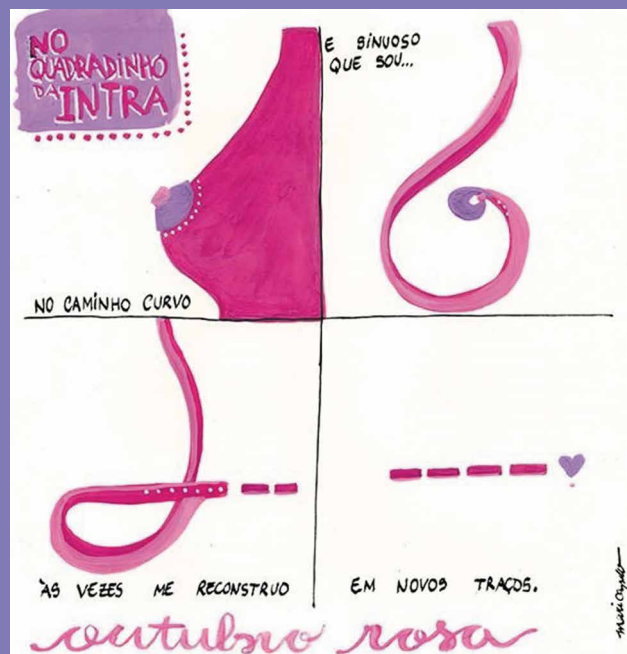
Senado adere oficialmente à campanha do Outubro Rosa



Em solenidade no Salão Negro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e representantes das bancadas femininas da Câmara e do Senado assumiram com-

promisso de engajar as Casas na divulgação sobre o diagnóstico precoce. As duas cúpulas e as torres do edifício principal foram iluminadas de rosa desde o mês de outubro.

No Quadrinho da Intra: Outubro Rosa



Escritoras do Brasil relança livro de Carmen Dolores que retrata o Brasil profundo do século passado

A coleção Escritoras do Brasil alcançou o sétimo volume com a republicação da obra *Um Drama na Roça*, livro de contos de Carmen Dolores, pseudônimo da escritora e cronista Emília Moncorvo Bandeira de Mello, que viveu entre 1852 e 1910. O lançamento on-line aconteceu no canal do Youtube da TV Senado, como parte do programa *Leituras*.

Participaram do evento os jornalistas Maurício Melo, anfitrião do programa, e Antônia Márcia Bezerra Vale, mediadora; a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka; e a doutora em Literatura, também especialista na obra de Carmen Dolores, Risolete Hellmann. Ilana enalteceu o viés do projeto Escritoras do Brasil e adiantou planos para a próxima edição.

— Queremos dar luz e espaço a produções culturais de mulheres que, em seus tempos, por causa do machismo e da sociedade patriarcal, não tiveram o devido reconhecimento. Se a vida das mulheres não era fácil, a das mulheres negras era ainda mais difícil. Por isso, antecipo que a próxima edição vai ser de uma autora negra — disse.

Congresso Nacional recebe projeção de frases e fotos para conscientizar sobre o câncer de mama

O Congresso Nacional recebeu iluminação especial para lembrar o Dia Internacional de Combate ao Câncer de Mama, celebrado no dia 19 de outubro. Foram projetadas frases de conscientização, além de fotos de personalidades que venceram a doença. As fotos foram parte da exposição *Simplemente Amor*, que foi apresentada no espaço Senado Galeria, localizado no Anexo I do Senado Federal.

Frases projetadas

- Outubro Rosa;
- Luta contra o câncer de mama;
- 1 em cada 12 mulheres terá câncer de mama;
- 66 mil mulheres serão diagnosticadas em 2021;
- 95% de chance de cura se descoberto cedo;
- Segunda causa de morte em mulheres;
- Faça o diagnóstico precoce;
- Fique atenta aos fatores de risco;
- 40% dos cânceres diagnosticados são avançados;
- Conheça seu subtipo molecular de câncer de mama.



EXPOSIÇÃO *Simplesmente amor*

Vários são os meios utilizados para alcançar, a cada ano, patamares maiores de consciência entre as mulheres sobre a importância do monitoramento da sua saúde. Combater o câncer de mama consiste em informar a população e fomentar a educação em saúde, alertando sobre a relevância do diagnóstico precoce e sobre as opções de tratamento. E uma exposição fotográfica é uma importante ferramenta para uma campanha educativa.

A exposição *Simplesmente Amor* retrata oito mulheres que tiveram em comum o diagnóstico de câncer de mama e que conseguiram reconstruir a autoconfiança, autoestima e força para viver. A abordagem é motivacional, pois apresentamos uma mensagem focada na recuperação e superação. Queremos mostrar que o câncer de mama não é o fim, mas o início de um novo viver, em que a mulher se enche de fé, luta e recomeça a vida com determinação.

O tema da exposição é o autoabraço, o autocuidado, o amor-próprio. São mulheres que se amam, se cuidam e são empoderadas a partir da informação sobre a doença e o tratamento que realizaram. Incentivamos que a mulher se aproprie dessa informação para debater com o seu médico o tratamento mais adequado e eficiente para salvar a vida dela. Que ela, simplesmente, se ame!

EXPOSIÇÃO *Simplesmente amor*

“ Eu morava em Sydney, na Austrália, quando eu tive um sonho cujo significado era doença. No mesmo dia, no banho, eu fiz o autoexame das mamas, pois minha mãe e tia tiveram câncer de mama e eu estava sempre atenta. Eu senti um nódulo e veio um arrepio dos pés à cabeça, junto com um sentimento que aquele nódulo era câncer. Então, eu fui sozinha a uma clínica particular e fiz os exames: mamografia, mamotomia seguida de biópsia. Eu já sai da clínica com um resultado conclusivo: era mesmo câncer, um carcinoma ductal invasivo. Voltei para o Brasil, fiz meu tratamento pelo SUS, fundei a Recomeçar e me tornei uma liderança em saúde.

Joana Jeker

Diagnosticada em 2007, aos 30 anos Subtipo: Triplo negativo

Tratamento: cirurgia de mastectomia da mama direita
+ 4 sessões de quimioterapia vermelha

EXPOSIÇÃO *Simplesmente amor*



“ Eu achei um caroço bem pequeno, que foi só crescendo. Eu tinha certeza que aquilo não era normal. A médica disse que achava que o nódulo era maligno e pediu uma biópsia. Quando veio a confirmação, foi um choque muito grande. O diagnóstico foi carcinoma ductal invasivo, grau III. O tratamento foi no Hospital de Base. Eu parei de trabalhar e tive bastante apoio, principalmente do meu filho, minhas irmãs, mãe e prima. Depois que eu conheci a Recomeçar, elas me ajudaram na minha autoestima. Viva a Vida!

Maria do Socorro Botelho

Diagnosticada em 2008, aos 41 anos

Subtipo: Luminal B

Tratamento: cirurgia de quadrantectomia da mama direita
+ 4 sessões de quimioterapia vermelhas + 4 sessões
de quimioterapia brancas + 28 sessões de radioterapia

EXPOSIÇÃO *Simplesmente amor*



“No ano de 2018, durante a campanha do Outubro Rosa, eu fiz o autoexame e notei um caroço na axila. Então, eu resolvi fazer um desses pacotes de exames e descobri que o caroço era câncer de mama. Eu logo iniciei o tratamento com quimioterapia, fiz a mastectomia e, dias depois, tive um derrame cerebral, onde eu descobri a metástase cerebral do câncer de mama. Já passei por radioterapia, duas craniotomias e duas radiocirurgias. Hoje estou bem. Aprendi que a vida se vive a cada dia! E que gratidão a Deus é o segredo do sucesso.”



Cintia Cerqueira

Diagnosticada em 2018, aos 42 anos Subtipo: Luminal B, inflamatório

Tratamento: 4 sessões de quimioterapia vermelha + Herceptin

EXPOSIÇÃO *Simplemente amor*

“Eu comecei a sentir muitas dores nas mamas. Não esperava que fosse um nódulo, porque, no meu caso, não era palpável, era espalhado e enrijecido. Eu chorei por três semanas. Conhecer outras mulheres em tratamento me ajudou a ficar tranquila e o apoio da minha família foi muito importante. Eu só queria ficar curada. Fiquei dois anos e meio sem mama e levava uma vida normal. Hoje, com a minha mama reconstruída, eu nem lembro mais da doença. Eu não tenho medo e agradeço a Deus por estar aqui, viva.”



Claudinha Moraes

Diagnosticada em 2007, aos 48 anos Subtipo: Triplo negativo

Tratamento: cirurgia de mastectomia radical da mama esquerda
+ 4 sessões de quimioterapia vermelha
+ 4 sessões de quimioterapia branca + 25 sessões de radioterapia
+ 8 sessões de Herceptin

EXPOSIÇÃO *Simplemente amor*

“Foi tudo muito rápido... Eu insisti muito para que fosse feito uma biópsia, uma vez que o nódulo nunca aparecia na mamografia devido à sua localização, porém era palpável e enorme. Até que uma ginecologista me ouviu e decidi pedir uma ultrassonografia, que detectou o nódulo de Birads 4C. Em seguida, eu fiz a biópsia, com diagnóstico de carcinoma ductal invasivo. Corremos com o tratamento e foi sucesso total. Em 2010, em um mutirão, eu fui selecionada para reconstruir a mama e, de presente, conheci a Recomeçar e nunca mais larguei. Hoje sou voluntária e luto pela mesma causa.”

Sheyla Machado

Diagnosticada em 2008, aos 41 anos. Subtipo: Luminal B, de grau III

Tratamento: cirurgia de mastectomia da mama esquerda
+ 4 sessões de quimioterapia vermelhas + 8 sessões de quimioterapia brancas
+ 33 sessões de radioterapia

EXPOSIÇÃO *— Simplesmente amor —*



“Ao participar de uma ação do Outubro Rosa, senti um nódulo na mama. Fiz todos os exames e logo veio o diagnóstico: carcinoma ductal invasivo. Chorei muito, mas com o apoio da família e dos amigos eu fiquei mais tranquila e fiz todo o tratamento. Em 2020, fazendo minha caminhada, comecei a sentir muita falta de ar e dor nas costas. Eu relatei ao médico, mas ele não deu muita importância e nem pediu novos exames. A falta de ar foi piorando, fui ao pronto socorro e contei o que estava acontecendo. Fiz vários exames, inclusive a tomografia do tórax com contraste, que mostrou uma metástase no pulmão, com pequenos nódulos. Superar o câncer é determinação. É lutar todos os dias.”

Jussara Alves

Diagnosticada em 2015, aos 30 anos. Subtipo: Her2+

Tratamento: cirurgia de mastectomia da mama direita + 4 sessões de quimioterapia vermelha + 4 sessões de quimioterapia branca

EXPOSIÇÃO *— Simplesmente amor —*



“ Eu tive a intuição de fazer o autoexame e senti um nódulo na minha mama esquerda. Eu não queria acreditar, chamei o meu esposo e ele também sentiu. No dia seguinte, eu fui trabalhar e, depois de dois dias, minha filha perguntou se eu tinha marcado o médico. Eu falei que não, que seria coisa boba. Aí, ela pediu para eu fazer o exame por ela. O meu coração doeu e eu marquei com a ginecologista. Ela examinou e pediu uma ecografia da mama, seguida de mamotomia e biopsia. Aí, veio o resultado: neoplasia maligna.



Joelma Carlos da Silva

Diagnosticada em 2021, aos 42 anos Subtipo: Her2+

Tratamento: 4 sessões de quimioterapia vermelha
+ 4 sessões de quimioterapia branca

*val fazer a cirurgia após o término da quimioterapia

EXPOSIÇÃO *Simplesmente amor*

“ Eu trabalhava em uma escola e era recebida todos os dias com abraços. Então, uma amiga me abraçou e eu senti dores nas mamas. Em seguida, eu fui convidada a ir ao médico dela. Ela pagou a minha consulta e meus exames de mamografia e biopsia, quando eu tive o diagnóstico de um carcinoma ductal infiltrante. O meu tratamento foi no HUB e a minha reconstrução da mama foi no Hran, em 2019. Foi então que eu conheci as meninas da Recomeçar. Elas são maravilhosas!



Sonia Cristina

Diagnosticada em 2015, aos 38 anos Subtipo: Her2+

Tratamento: cirurgia de mastectomia da mama esquerda
+ 14 sessões de quimioterapia vermelha + 18 sessões de branca
+ 16 sessões de radioterapia

EXPOSIÇÃO *Simplesmente amor*

REALIZAÇÃO

Recomeçar
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES MASTECTOMIZADAS DE BRASÍLIA

APOIO

Roche **Secretaria da Mulher** **GDF**

APOIO INSTITUCIONAL

FEMAMA **CÂMARA LEGISLATIVA** **SAÚDE**

EXPOSIÇÃO **FICHA TÉCNICA**

COORDENAÇÃO GERAL
RECOMEÇAR
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES MASTECTOMIZADAS DE BRASÍLIA

FOTOGRAFIA E PROJETO FOTOGRÁFICO
LUCIANA FERRY FOTOGRAFIA

CURADORIA E PRODUÇÃO
JOANA JEKER

ASSESSORIA DE IMPRENSA
MÍDIA E CONEXÃO ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO

Simplemente amor

Projeto Racismo em Pauta

Artigo: Ao vencedor, o engano

No dia 28 de setembro de 1871, a Princesa Isabel assinou a Lei do Ventre Livre, também conhecida como “Lei Rio Branco”, declarando livres, a partir daquela data, todos os nascidos de mulheres escravizadas, tornando-os, em tese, iguais aos nascidos de mães brancas. Passados 150 anos, apesar dos inegáveis avanços sociais, a igualdade formal, garantida por lei, não se concretiza na realidade cotidiana. Embora legalmente iguais, os cidadãos brasileiros não têm acesso aos mesmos recursos e oportunidades. Nesse contexto, defender a ideia de meritocracia, de que o sucesso de cada um depende exclusivamente de seu esforço pessoal e de suas capacidades individuais, é um grande engano.

A própria Lei do Ventre Livre já estabelecia, em seu conteúdo, diferenciações. Os nascidos livres de mães escravizadas deveriam ficar com suas progenitoras até os 8 anos de idade, quando, então, a critério do senhor de escravos, poderiam ser entregues ao governo para serem educados em uma instituição criada para tal fim, até que completassem 21 anos de idade, ou poderiam permanecer sob a responsabilidade do senhor. Ocorre que, na prática, tais instituições nunca saíram do papel e essas crianças permaneciam vivendo como escravas até a maioridade, sem educação formal, analfabetas, trabalhando em regime de servidão

para pagar o próprio sustento. A liberdade de fato só viria aos 21 anos.

Da mesma forma, atualmente, a igualdade formal, garantida pela Constituição, não se consubstancia na realidade cotidiana e seguimos como um dos países mais desiguais do mundo. Ironicamente, boa parte da população, em especial a denominada “elite”, segue adotando um discurso que descreve a riqueza e o crescimento pessoal como frutos das escolhas individuais, resultado único do esforço daquele que deseja progredir, sem quaisquer influências externas. Não raro vemos em programas de TV a exaltação do esforço individual, a narração da jornada de alguém que superou sozinho as dificuldades de uma realidade social desfavorável e galgou espaço no ápice da pirâmide social.

Não obstante muitos considerem que tal narrativa possa servir de estímulo aos que estão na mesma situação de precariedade, pois se sentiriam animados ao ver que alguém como eles alcançou o sucesso, cabe discordar desse ponto de vista. Considerar a jornada de um indivíduo, tratando-o como herói, sem considerar o contexto em que milhares de outros semelhantes não obtiveram o mesmo êxito, apenas se presta a reforçar a ideia de meritocracia, um verdadeiro engano. Se nós considerarmos cada indivíduo como responsável úni-

co pelo próprio sucesso, a despeito das circunstâncias sociais, tornamos desnecessárias quaisquer iniciativas governamentais de combate à desigualdade.

Embora muito emocionantes, as histórias que mostram a jornada heroica dos que venceram a pobreza por mérito próprio reforçam a ideia de que aqueles que não alcançaram tal sucesso não passam de indolentes e que a responsabilidade pelo seu fracasso não pode ser creditada aos condicionamentos sociais. O indivíduo passa a ser o único culpado pelo próprio insucesso. Será que poderíamos considerar preguiçosos os milhões de brasileiros que acordam cedo todos os dias e trabalham até 12 horas ininterruptamente, sem contar as muitas horas perdidas no trajeto, para, ao final do mês, receber um salário que mal dá para custear o sustento de sua família? Como estudar e tornar-se rico quando mal é possível sobreviver com dignidade?

O Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, segundo o último relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ficando atrás apenas de nações do continente africano, como África do Sul, Namíbia, Zâmbia, República Centro-Africana, Lesoto e Moçambique.

As raízes desse sistema desigual remontam ao período colonial e escravocrata e se fundamentam no tripé formado pelo racismo, pela desigualdade de gênero e pela tributação. Negros enfrentam maiores dificuldades de ascensão social e são maioria entre os pobres. Da

mesma forma, as mulheres enfrentam mais barreiras que os homens. Além disso, proporcionalmente, pobres pagam mais impostos que os ricos, pois nosso sistema fiscal se baseia na tributação sobre o consumo e não sobre a renda.

Esse sistema de desigualdade se retroalimenta e perpetua o abismo social que separa negros e brancos, pobres e ricos, homens e mulheres. A dificuldade de acesso à educação e à cultura dos menos favorecidos só faz diminuir suas possibilidades de ascensão.

Reconhecer a desigualdade presente na sociedade brasileira e a falácia do conceito de meritocracia é o primeiro passo para a composição de uma sociedade mais justa, em que a igualdade não seja apenas um conceito impresso na lei, mas sim uma realidade.

Artigo de Marco Aurélio de Souza Couto, integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, analista legislativo do Senado Federal na área de revisão de textos, advogado e mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Senado lança Plano de Equidade com participação de representante da ONU

O Senado Federal lançou, no dia 22 de outubro, a segunda edição do Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR), em evento on-line transmitido ao vivo pelo canal da TV Senado no YouTube. A solenidade contou com as presenças da Procuradora da Mulher, senadora Leila Barros (PDT-DF), da diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, e da representante da ONU Mulheres no Brasil, Anastasia Divinskaya.

A senadora Leila Barros teceu elogios e apresentou um contexto histórico para ilustrar como os avanços vistos atualmente poderiam ter ajudado no progresso da nação caso tivessem começado a ser trabalhados no passado. Na visão dela, existem muitos benefícios em se “quitar a dívida histórica” que o país tem com as mulheres e a população negra.

A representante da ONU, Anastasia Divinskaya, destacou a preocupação do Senado, enquanto instituição, como vanguardista entre diversos países e não apenas elogiou como incitou outras nações a investirem em temas progressistas e de inclusão para diminuir a discriminação na sociedade.

A atuação do Senado nesse campo já havia rendido à Casa, ainda em 2021, pela terceira vez consecutiva, o Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

LANÇAMENTO DO
**PLANO DE EQUIDADE
DE GÊNERO E RAÇA**
2021-2023

A Procuradora Especial da Mulher e a Diretora-Geral do Senado Federal convidam para o lançamento do **PLANO DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA DO SENADO FEDERAL** para o próximo biênio.

Senadora Leila Barros
Procuradora Especial da Mulher no Senado

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado

Anastasia Divinskaya
Representante da ONU Mulheres no Brasil

Dia 22/10, sexta-feira, às 10h.
Clique aqui e assista no canal da TV Senado no YouTube.

Gênero e Raça | Procuradoria Especial da Mulher | SENADO FEDERAL

tvsenado

COMITÊ DE GÊNERO E RAÇA ESPECIAL
22 out 21

Terceirizadas fazem mamografias gratuitas durante Outubro Rosa em ação do Senado



Colaboradoras terceirizadas das áreas de limpeza, segurança, transporte e copa tiveram acesso a mamografias gratuitas em outubro por meio de um convênio entre a Casa e clínicas privadas da rede credenciada do SIS. A ação é parte da Campanha do Outubro Rosa, organizada por Coasas, DGER e Procuradoria Especial da Mulher.

Indicadores de gênero e raça do Senado em 2021

Em reuniões ou encontros informais no ambiente de trabalho não é raro ouvir frases do tipo: “as mulheres estão no poder!” ou “as mulheres venceram!”, muitas vezes proferidas por colegas homens por se basearem

em percepções do senso comum, por terem uma chefe mulher ou, ainda, por identificarem algumas mulheres em cargos de poder.

Antes da virada do milênio, era mais forte essa crença, talvez pelo fato de o Senado Federal ter tido mulheres em postos-chaves de poder por longos anos, como são exemplos Maria Rondon, na então Secretaria de Recursos Humanos, e Sara Abrahão e Sara Figueiredo, na Secretaria-Geral da Mesa. Naquela época, não causava estranheza o Senado, já caminhando para os 200 anos de existência, nunca ter tido uma diretora-geral, e tampouco interessava conhecer a diversidade de homens e mulheres, brancos e não brancos que ali trabalhavam. Estatisticamente falando, a força de trabalho era uma massa amorfa sem gênero, cor, idade ou qualquer outra singularidade.

A representatividade nos cargos de poder é, ainda, uma pauta muito importante e necessária quando se trata de equidade de gênero e raça não só no microcosmo administrativo do Senado Federal, afinal, somos um dos países mais desiguais do mundo, como reiterou recentemente Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres, em cerimônia de lançamento do Plano de Equidade de Gênero e Raça 2021-2023. Esse fato está consignado no relatório elaborado pelo Fórum Econômico Mundial de 2021, de que a previsão de igualdade entre homens e mulheres no mundo retrocedeu no período da pandemia, passando de 99,5 para 136 anos, ou seja, mais de um século ainda será necessário até que a igualdade



de direitos seja uma realidade para as mulheres.

Importa considerar que, no caso do Brasil, as mulheres são maioria da população e, nesse contingente, predominam as mulheres negras, as quais estão localizadas nos piores índices quanto a salários, morte materna, violência doméstica e familiar, representatividade nos cargos de poder e política, entre outros. Pesquisas mais amplas como o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Retrato das Desigualdades evidenciam essas desigualdades, enquanto pesquisas mais pontuais mostram dados como o panorama da violência contra as mulheres, o assédio no ambiente de trabalho e a divisão sexual do trabalho reprodutivo e produtivo.

No âmbito do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, os indicadores de gênero e raça, em conjunto com outras ferramentas como a pes-

quisa de Clima Organizacional, realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT) e Data Senado, permitem não só realizar diagnósticos e extrair informações para o planejamento e monitoramento de suas ações, mas também conhecer melhor as especificidades, obstáculos e desafios de mulheres e homens em sua trajetória funcional. Os indicadores do perfil funcional por gênero e raça podem ser consultados na página Equidade, no site institucional do Senado Federal, na *Revista Compromissos* e nos relatórios administrativos, disponíveis na intranet.

Os dados do perfil funcional dos(as) colaboradores(as) do Senado Federal, data-base outubro de 2021, seguem a mesma tendência apresentada pelos indicadores de 2014, 2016 e 2018, ou seja, um quadro efetivo majoritariamente masculino e branco, inclusive na ocupação das funções comissionadas. O quadro comissionado, por sua vez, apresenta relativo equilíbrio em sua composição por sexo e cor/raça, mas ainda assim com maioria masculina e branca. Já no âmbito da terceirização e do estágio, o quadro se inverte, predominando as pessoas que se autodeclaram pretas e pardas.

Artigo de Maria Terezinha Nunes, coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

NOVEMBRO

2021

O Fio da Memória: música, religião e racismo no Brasil – homenagem ao dia da Consciência Negra



Em homenagem ao Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, a TV Senado apresentou uma seleção especial de documentários durante o mês. Um deles é *O Fio da Memória* (Eduardo Coutinho, 1991), realizado por ocasião do centenário da abolição da escravidão no Brasil, completado em 1988.

O filme narra a experiência dos negros no Brasil a partir das criações do imaginário (religião e música, em especial) e do racismo, ainda muito presente. Já com o estilo marcante de Coutinho, o documentário apresenta Gabriel Joaquim dos Santos, personagem escolhido para guiar a narrativa. Filho de ex-escravos, Gabriel nasceu

pouco depois da abolição da escravatura e trabalhou a vida toda em salinas e na roça. Construiu a própria casa – Casa da Flor – e tornou-se artista, recolhendo e reutilizando materiais como lâmpadas, cacos de vidros, pedaços de azulejos e restos de lixo. Com narração de personalidades como Milton Gonçalves e Ferreira Gullar, os relatos gravados e depoimentos escritos em cadernetas servem como registro histórico, geográfico e cultural de nosso país.

Trinta anos depois do lançamento do filme, as formas de falar sobre histórias e

vidas negras se multiplicam, sendo os próprios negros e negras os protagonistas, criadores e narradores de seu presente e passado. *O Fio da Memória*, no entanto, permanece um rico documento histórico, cultural e revelador do Brasil, da identidade e da trajetória negra.

Ficha Técnica

Direção: Eduardo Coutinho

Produção: Eduardo Scorel

Fotografia: Adrian Cooper

Participações: Ferreira Gullar, Milton Gonçalves

Classificação indicativa: Livre

No Quadradinho da Intra: Novembro Azul



A Diretora-Geral, Ilana Trombka, anuncia as ações dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres com dicas no “Já que é Sexta”

Que tal refletir sobre um tema super-relevante e levar o assunto para roda de conversa com os amigos e familiares? É essa a proposta da Ilana Trombka, nossa diretora-geral. A ação fez parte da campanha internacional 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

As dicas trazidas por Ilana no vídeo foram as seguintes: O filme *A Vida Invisível* (Karim Ainouz, 2019), da Globo Play; e o seriado *Maid* (Molly Smith Metzler, 2021), da Netflix. Vale conferir!



Consciência Negra e a reflexão sobre a luta pela igualdade

Novembro é conhecido como o mês da consciência negra. O Senado Federal cancelou, em agosto deste ano, a aprovação do PLS 482, de 2017, que cria o feriado nacional em 20 de novembro, para celebrar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Dos 5.570 municípios no Brasil, apenas 1.100 já incorporaram a data como feriado. O debate relacionado ao Dia da Consciência Negra surgiu no Rio Grande do Sul, na década de 1970, em meio a militantes – universitários como o poeta Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Ilmo da Silva e Antônio Carlos Côrtes – que não consideravam a data 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura, como um marco simbólico da resistência e luta contra o racismo no país. Já o marco de 20 de novembro remete ao dia do assassinato de Zumbi, em 1695; um grande líder negro que garantiu, juntamente com outros guerreiros e guerreiras, a ascensão e manutenção de um dos maiores quilombos do país, o Quilombo dos Palmares.

O quilombo fica localizado na Serra da Barriga, município de União dos Palmares, no estado de Alagoas. A área foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim como muitos espaços históricos no Brasil, a Serra da Barriga precisa de investimentos para sua preservação, mobilidade turística e econômica.

O mesmo acontece com outro lugar histórico importante, o Cais do Valongo. Localizado no município

do Rio de Janeiro, o cais é considerado o único vestígio material do sequestro dos povos africanos para as Américas. Em 2017, o cais recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, mas está correndo o risco de perder a sua inscrição, pois precisa cumprir alguns requisitos, como a organização do seu conselho gestor.

Preservar a memória do nosso povo é o próprio implantar da Lei 11.645, de 2008, que resguarda a história e cultura afro-brasileira e indígena em nosso país. A partir dessa ótica, celebrar o mês da Consciência Negra resulta na reflexão sobre a necessidade de assegurar continuamente a implantação de políticas públicas raciais integradas, que resultem no desenvolvimento de toda a população brasileira, combatendo o racismo e as desigualdades.

Dados alarmantes

O Brasil não pode dormir em berço esplendido enquanto 56% de sua população padece diante das sequelas deixadas pela escravidão. Segundo a Vital Strategies, instituição internacional de saúde sem fins lucrativos, o país subnotificou quase 70% dos casos graves de Covid-19 em 2020. Adivinhem qual a cor da população que mais sofreu e sofre com esse descaso?

O *Atlas da Violência de 2021* denuncia que, em 2019,

RACISMO EM PAUTA



INVISIBILIDADE

os negros representaram 77% das vítimas de homicídio no Brasil. De acordo com o estudo, o risco de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior ao de uma pessoa não negra. Adicionalmente, mesmo com a lei de cotas, os negros são minoria no serviço público federal e ocupam apenas 27% de cargos com ensino superior. Segundo o Ipea, o salário médio para negros com diploma de graduação corresponde a 78% da remuneração paga aos brancos no Executivo Federal.

Representatividade

Quando falamos de representatividade da população negra nos parlamentos e pegamos como exemplo o Senado Federal, o portal Alma Preta nos informa que temos apenas quatro senadores e uma senadora que se declaram negros.

A jornada no combate ao racismo vem de longe, mas ainda temos muito o que caminhar. Muito foi conquistado para a promoção da igualdade racial e um dos

maiores avanços foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. A legislação abrange políticas raciais para diversas áreas da sociedade, como o direito à saúde; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos.

O Estatuto também prevê o acesso à terra e à moradia adequada; o direito ao trabalho e aos meios de comunicação; a criação de ouvidorias permanentes; o acesso à justiça e à segurança; e o financiamento das iniciativas de promoção da igualdade racial. A norma é uma verdadeira bússola que precisa ser absorvida por toda a sociedade.

Luta e resistência

Os movimentos negros do Brasil, as nossas lamparinas da igualdade, são os grandes atores dos avanços raciais existentes no país. Nada teria acontecido ou acontece sem eles. Trago, como exemplo recente, o dia histórico de 18 de novembro de 2021, quando tivemos três projetos que abrangem questões raciais na pauta do Plenário do Senado Federal. Todos eles de autoria do senador Paulo Paim.

Dois deles são projetos de lei. Um tipifica como crime de racismo a injúria racial (PL 4373, de 2020) e o outro reconhece o sítio arqueológico da região do Cais do Valongo como Patrimônio da História e da Cultura Afro-Brasileira (PL 2000, de 2021), em decorrência do título de Patrimônio Histórico da Humanidade conferido pela UNESCO. O terceiro é um projeto de resolução do Senado (PRS 55, de 2020) que cria o Selo Zumbi dos Palmares e agracia os municípios que adotarem políticas públicas destinadas ao combate ao racismo e ao preconceito.

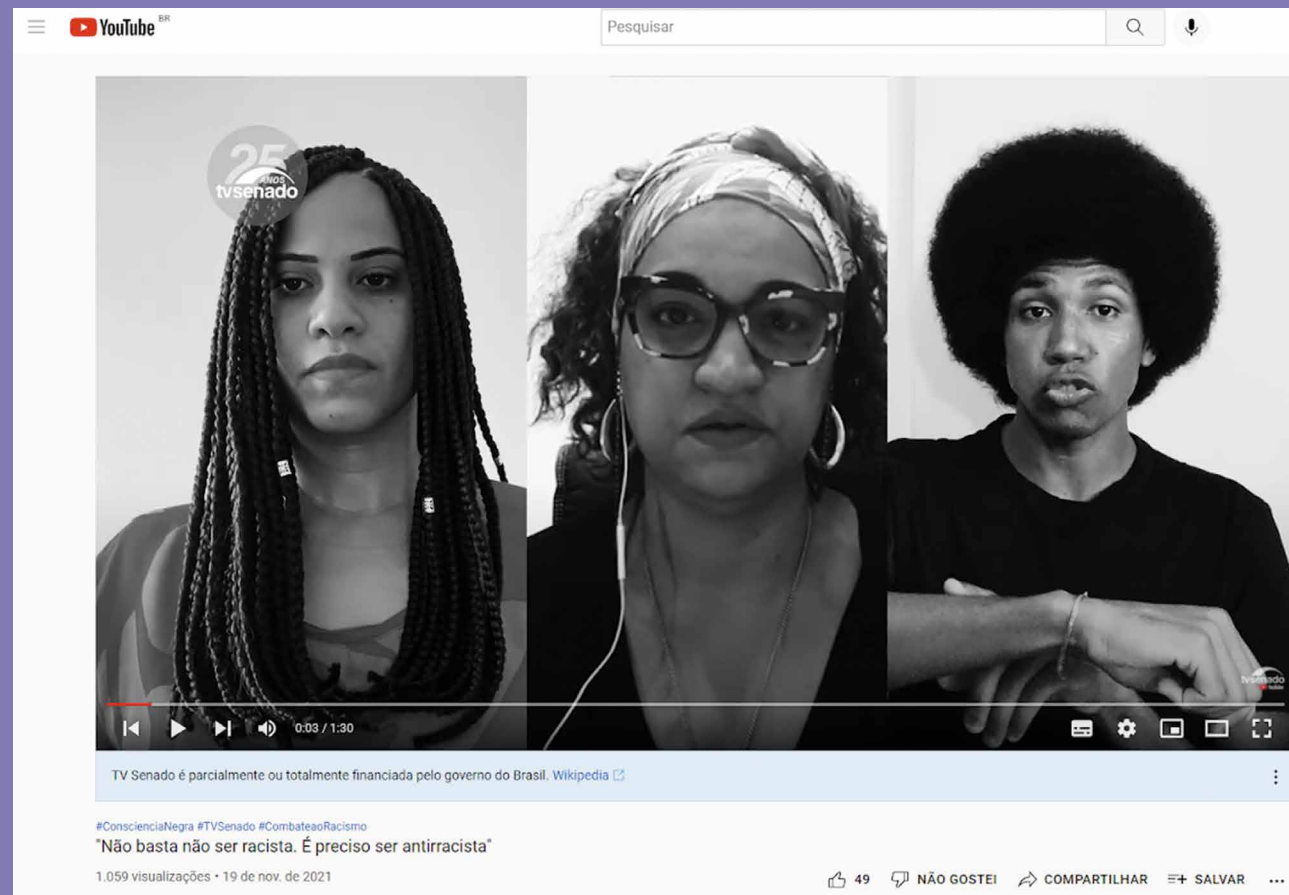
Todas as proposições são fruto da luta, da resistência e das demandas dos movimentos negros do Brasil. Marcus Garvey já dizia: “Um povo sem conhecimento de sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes”. Vamos valorizar e garantir a luta dos nossos movimentos negros, as nossas grandes árvores. Que possamos fortalecer a Consciência Negra diariamente. Vamos refletir e praticar um Brasil sem racismo. Axé e muito amor para todas e todos.

Artigo de Maria Isabel da Silva Sales, integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, assessora parlamentar, especialista em Direito Legislativo.

No Quadrado da Intra: Dia Nacional da Consciência Negra



Vídeo lançado pelo Projeto Racismo em Pauta: Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista



Senado recebeu iluminação laranja para celebrar o Dia da Consciência Negra

O Senado Federal foi iluminado de laranja no dia 20 de novembro para celebrar o Dia da Consciência Negra. A data coincide com o dia da morte do líder da resistên-

cia escrava no Brasil, Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1695.



Porto da Pequena África resgata memórias e narrativas cariocas a partir da história dos negros

O documentário *Porto da Pequena África* narra o desenvolvimento de culturas cariocas a partir da história dos negros africanos que foram escravizados no estado do Rio de Janeiro. A Pequena África é o lar histórico da comunidade afro-brasileira na região portuária do Rio de Janeiro, que ficou conhecida por esse nome após o comércio de escravos se tornar ilegal no Brasil, em 1831, ainda que a abolição da escravatura só viesse acontecer 50 anos depois. Entre 1850 e 1920, muitos escravos libertos permaneceram trabalhando na região, que acolheu negros de todo o país. Ali, foram erguidas casas, locais de convívio cotidiano e centros religiosos, o que atraía africanos libertos da Bahia e de outros estados, à procura de trabalho e de um senso de comunidade. Apesar dessa rica história, a herança africana e o longo período de escravidão no Rio de Janeiro são muitas vezes negli-

genciados e permanecem amplamente desconhecidos.

Investindo em intervenções cenográficas no casario da época, o documentário ouve moradores da Região Portuária para resgatar memórias e narrativas sobre temas como samba, futebol, movimentos sociais e portuários: uma história e um local incríveis a serem redescobertos. Assista na TV Senado!

Ficha Técnica

Direção: Claudia Mattos

Produção: Cláudia Mattos, Martha Garcia

Fotografia: Publius Vergilius

Participações: Beija-Flor, Carlos Aimi, Gracy Mary Moreira, Luiz Antonio Pilar, Neuza da Picuchurra

Classificação indicativa: 10 Anos

Duração: 80 min



Senado foi iluminado de laranja pelo fim da violência contra a mulher

A cúpula e o anexo II do Senado Federal receberam a cor laranja em alusão à campanha internacional 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. A solicitação foi realizada pela senadora Leila Barros (PDT-DF).



Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

Imagens: Rodrigo Viana/SRPCO



Senado lança Observatório Equidade no Legislativo e comemora consciência negra



Em sessão especial, o Senado comemorou o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado anualmente em 20 de novembro, e promoveu o lançamento do Observatório Equidade no Legislativo, destinado a coletar e sistematizar informações sobre o perfil da representação étnico-racial e de gênero no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais de todo o país.

A senadora Leila Barros explicou que a criação do Observatório Equidade no Legislativo é uma iniciativa do Grupo de Afinidade de Raça, vinculado ao Comitê Permanente de Gênero e Raça do Senado. A criação do observatório está entre os objetivos contemplados no segundo Plano de Equidade de Gênero e Raça para o biênio 2021-23.

Ilana destacou que, desde 2015, o trabalho sobre a igualdade étnico-racial e de gênero vem sendo executado junto com o Comitê de Equidade de Gênero e Raça e, desde 2019, com o Grupo de Afinidade de Raça.

Nilma Lino Gomes, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que já foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (em 2015) e ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (entre 2015 e 2016), destacou que o lançamento do observatório faz parte do contexto das ações afirmativas no Brasil, o que colabora para a implantação de políticas públicas pelas autoridades de diversos setores.

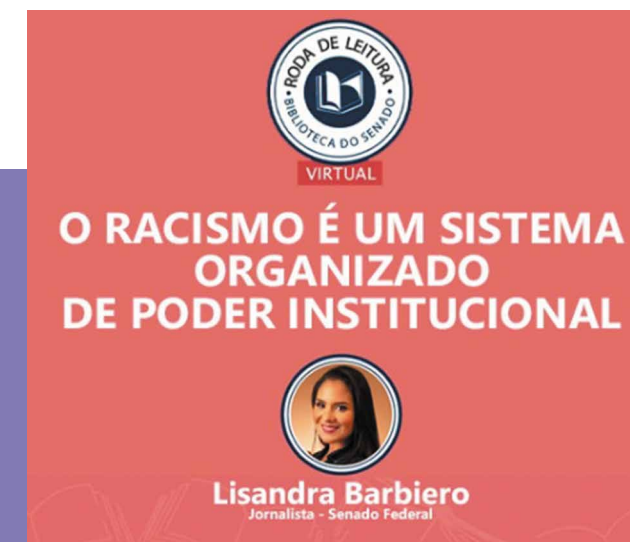
O senador Paulo Paim agradeceu a participação dos convidados e ressaltou que “a jornada de combate ao racismo é longa e precisa de muita perseverança”. Ele ressaltou que a consciência negra é herança dos antepassados que vieram da África e precisa ser honrada.



Roda de Leitura: O Racismo é um sistema organizado de poder institucional

No mês da Consciência Negra, a Roda de Leitura do Senado será sobre o capítulo “Racismo e Supremacia Branca”, do livro *Não basta não ser racista – Sejamos antirracistas*. A Roda de Leitura Virtual aconteceu no dia 25/11/2021, às 17h, no Zoom.

O racismo é um amplo sistema que utiliza da raça como uma ideia social criada para legitimar a desigualdade racial e garantir os privilégios políticos, econômicos e sociais da população branca. Esse sistema de poder é baseado na superioridade de dominação que um determinado grupo racial exerce sobre outro.



DEZEMBRO

2021

Elas no Senado: representantes estaduais conhecem programa inovador da Casa

No dia 30 de novembro, o evento Elas no Senado apresentou boas práticas no combate à violência contra as mulheres para procuradoras estaduais, vereadoras de Goiás, e auditora do Tribunal de Contas da União (TCU). Disseminar essas informações é um dos objetivos do Plano de Equidade de Gênero e Raça 2021-2023. Além disso, o evento integrou a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

As senadoras Leila Barros (PDT-DF), procuradora da mulher no Senado, e Zenaide Maia (PROS-RN); a deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA), segunda procuradora adjunta da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados; e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, estiveram presentes para acolher as convidadas.

O destaque do encontro foi para o Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Econômica do Senado. O instrumento inovador de inclusão das mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho já conta com a adesão de outros órgãos e governos e hoje passou a integrar a nova lei de licitações, Lei 14.133, de 2021, que passa a também prever cota de contratação para mulheres em situação de vulnerabilidade.

O programa foi apresentado por Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, que o implementou por meio do Ato da Comissão Diretora 4, de 2016.

Evandro Baldutti, servidor do Senado, atualmente na Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (ATDger), participou da apresentação mostrando os resultados da sua dissertação de mestrado *Violência doméstica: um desafio para os formuladores de políticas públicas*. Uma das conclusões do estudo é que a inserção de mulheres no mercado de trabalho colabora para diminuir a violência doméstica.

Importância das procuradorias

As parlamentares falaram da importância da institucionalização de procuradorias e secretarias das mulheres no combate à violência contra as mulheres e ressaltaram ganhos que vieram com essa união, como a Liderança da Bancada Feminina com assento e voz no Colégio de Líderes. A senadora Leila Barros também destacou o impacto positivo da criação da Procuradoria Especial da Mulher no Senado (Promul) para a articulação legislativa das parlamentares, que conseguiram aprovar cinco vezes mais leis que tratam da questão de gênero desde então.

Procuradoras estaduais da Bahia, de Goiás, de Sergipe, do Rio de Janeiro e do Amapá, além de vereadoras de Formosa e de Valparaíso, bem como uma auditora do Tribunal de Contas da União elogiaram a iniciativa do Senado de realizar o encontro.

Rolf Regehr deu dicas para a mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres

Rolf Regehr, do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), acredita que muito da violência contra a mulher fala dos nossos próprios sofrimentos e frustrações. Pensado nisso e em apoio ao Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que acontece no dia 6/12, ele trouxe duas dicas.

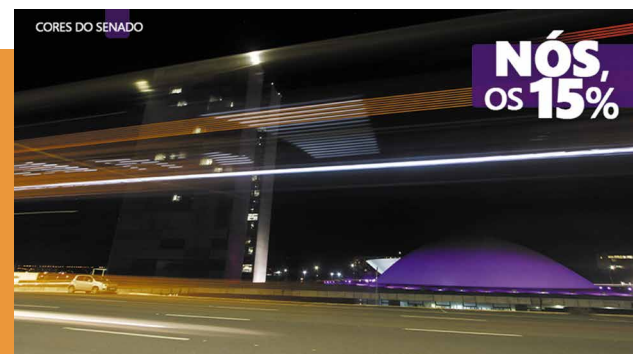
A primeira é o filme *Paternidade* (Paul Weitz, 2021), da Netflix, que conta a história de um pai obrigado a repensar o que tinha planejado para a criação da filha, após o falecimento da esposa. A segunda é a série *This is Us*, (Dan Fogelman, 2016), da Amazon Prime, que mostra como homens lidam com as situações de forma geral, demonstrando seus sofrimentos e fragilidades.



Iluminação roxa do Congresso Nacional pelo fim da violência contra as mulheres com deficiência

O Palácio do Congresso Nacional foi iluminado de roxo em apoio à campanha Proteção das Mulheres com Deficiência contra a Violência, promovida pela Frente Nacional das Mulheres com Deficiência. A iniciativa da iluminação é da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) e do senador Romário (PL-RJ).

O período da campanha foi definido levando em conta o dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e o dia 5 de dezembro, Dia Nacional da Acessibilidade. Além disso, o dia 25 de novembro foi o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, data em que se iniciou mundialmente a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, promovida pela ONU Mulheres.



Em defesa das mulheres: livro do Observatório é adotado em curso do MPDFT

O livro *Histórias de amor tóxico: a violência contra as mulheres*, fruto do trabalho do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), foi inserido na bibliografia de uma especialização para agentes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O curso Fundamentos da Pesquisa e Ética no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência é ministrado pela doutora em Sociologia Ana Paula Antunes Martins.

Um dos organizadores da obra, Henrique Ribeiro, administrador do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa (Nepleg), afirma que essa adoção significa o cumprimento de parte do propósito da obra. O servidor contou com a orientação de Véronique Durand, editora e doutora em Antropologia,

para selecionar os textos.

Histórias de amor tóxico: a violência contra as mulheres foi o volume 280 da coleção Edições do Senado Federal, é composto por 15 artigos escritos por 31 especialistas de diferentes formações e foi lançado em dezembro de 2020, em uma parceria entre a Procuradoria Especial da Mulher (Promul) e o OMV.

O livro consolidou discussões realizadas em fóruns sobre violência. O público-alvo, conforme Henrique, são especialistas e pessoas que tratam da violência e estudam o tema. Na visão dele, o livro serve para chamar novos assuntos ao debate e dar voz a diversos autores que não costumam ser lembrados nas principais discussões sobre o tema.



Debatedores na CDH divulgam boas práticas no combate à violência contra a mulher

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu experiências consideradas como boas práticas no combate à violência contra a mulher. Representantes do Senado, do Ministério Público e do Poder Executivo participaram da audiência pública, sugerida pela senadora Leila Barros (PDT-DF).

O debate contou com a presença de Ilana Trombka, diretora-geral do Senado. Ela destacou programa desenvolvido pela Casa que prevê uma cota de 2% para a contratação de mulheres vítimas de violência familiar nos contratos de terceirização.

— Não conseguimos ainda contratar mulheres eletricistas, marceneiras, técnicas em ar-condicionado ou em audiovisual. Isso mostra uma questão bastante cultural: as mulheres são normalmente direcionadas a um tipo de área. Por isso temos menos mulheres engenheiras: porque temos menos mulheres estimuladas a entrar nessas áreas — avaliou.

‘Gambiarras’

A promotora Sara Gama Sampaio, do Ministério Público da Bahia, destacou o protagonismo do Poder Legislativo no desenvolvimento de boas práticas. Ela disse que projetos aprovados no Parlamento se tornaram leis que fortalecem o combate à violência contra

a mulher: a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), a Lei do Stalking (Lei 14.132, de 2021) e o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Lei 14.149, de 2021).

A major Renata Braz também participou da audiência pública. Ela é coordenadora de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A oficial destacou a necessidade de campanhas de capacitação para os profissionais de segurança pública que atuam no atendimento de mulheres vítimas de violência.

A major citou como exemplo a Operação Maria da Penha, destinada a monitorar o atendimento de mulheres pelo serviço de emergências 190, das polícias militares. Ela disse que, em apenas um mês de acompanhamento, o serviço recebeu quase o mesmo número de chamadas registradas durante um ano e quatro meses pela Central de Atendimento à Mulher (180).



Senado fica vermelho e azul para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos

A cúpula e a torre do Senado Federal foram iluminadas de vermelho e azul, respectivamente, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Celebrado anualmente em 10 de dezembro, a data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) para marcar o dia em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

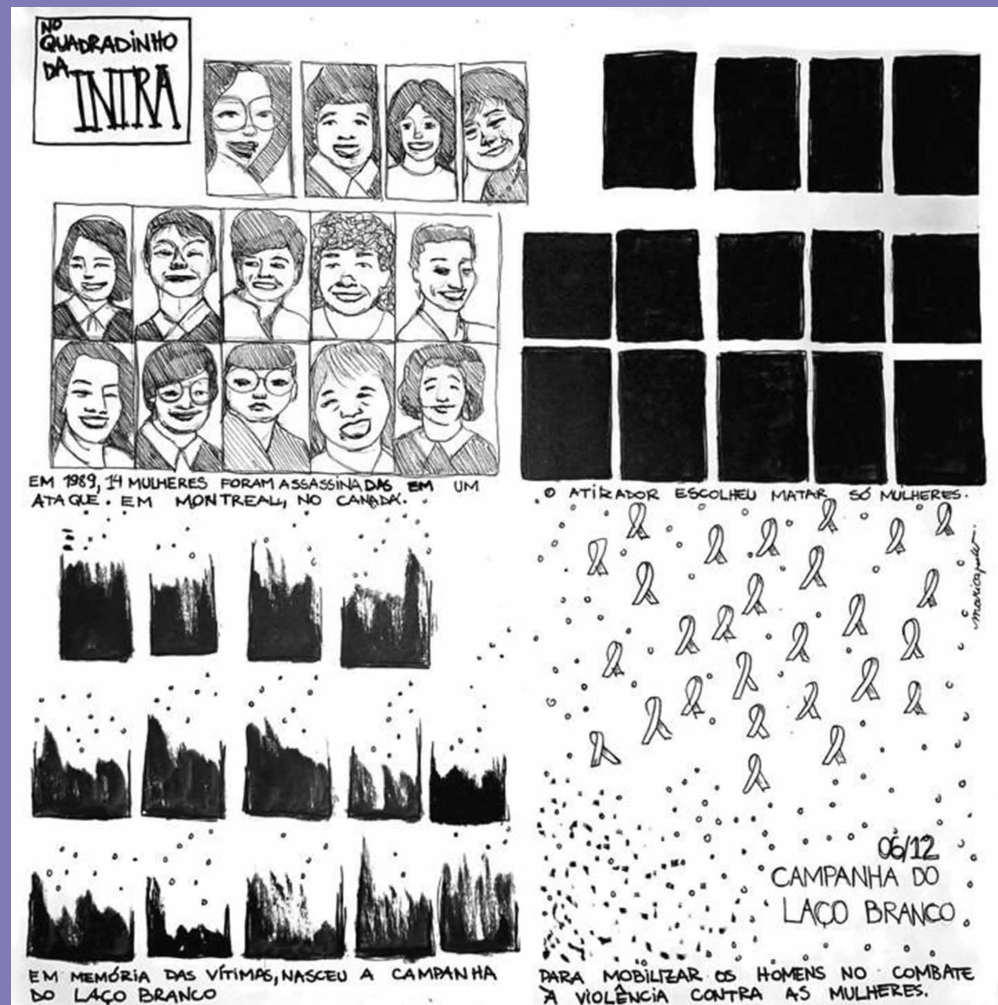
O documento foi formulado após a Segunda Guerra Mundial, conforme os registros históricos da ONU, para

estabelecer novos parâmetros de direitos civis fundamentais pelo mundo e alicerçar conceitos de paz e democracia entre os povos. De acordo com o *Guinness Book*, o livro dos recordes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi traduzida para mais de 525 línguas desde a sua criação.

A solicitação para a iluminação foi feita pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que afirmou que a data “tem por objetivo homenagear o empenho e a dedicação de todos os defensores dos direitos humanos”.



No Quadradinho da Intra: Campanha Laço Branco



Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado



A maioria das mulheres brasileiras (86%) percebe um aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino durante o último ano. A conclusão é da pesquisa de opinião “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – 2021”, realizada pelo Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV). O estudo foi lançado durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

A pesquisa é realizada a cada dois anos, desde 2005. A edição de 2021 revela um crescimento de 4% na percepção das mulheres sobre a violência em relação à edição anterior. O estudo ouviu 3 mil pessoas entre 14 de outubro e 5 de novembro.

Para 71% das entrevistadas, o Brasil é um país mui-

to machista. Segundo a pesquisa, 68% das brasileiras conhecem uma ou mais mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, enquanto 27% declaram já ter sofrido algum tipo de agressão por um homem.

De acordo com a pesquisa, 18% das mulheres agredidas por homens convivem com o agressor. Para 75% das entrevistadas, o medo leva a mulher a não denunciar. O estudo demonstra, no entanto, que 100% das vítimas agredidas por namorados e 79% das agredidas por maridos terminaram a relação.

De olho na violência virtual

O DataSenado ouviu também as entrevistadas sobre o Projeto de Lei (PL) 116/2020, que criminaliza a violência contra a mulher praticada em meios eletrônicos. Aprovada na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em agosto, a matéria, da senadora Leila Barros (PDT-DF), aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para 48%, se aprovada, a proposta vai aumentar a proteção à mulher.

— A violência contra a mulher ocorre em todos os espaços – em casa, na rua, no trabalho, e, pior que isso, a violência contra mulher também ocorre no ambiente virtual – afirmou Leila Barros, Procuradora da Mulher no Senado.

